

Acção Socialista

Nº 1223 - 30 Junho 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ELEIÇÕES ANTECIPADAS, JÁ!



A realização de eleições legislativas antecipadas é a única forma de superar democraticamente a crise provocada pela demissão do primeiro-ministro, Durão Barroso. Esta a decisão unânime da Comissão Nacional do PS e que será transmitida ao Presidente da República.

Totalmente unidos em torno do seu líder, Ferro Rodrigues, os socialistas estão preparados para disputar eventuais eleições e

determinados a vencê-las.

Sem pretender condicionar a decisão do Chefe de Estado, o secretário-geral do PS realçou, no entanto, a "unanimidade dos socialistas como um sinal muito importante para o país e para Jorge Sampaio", ao mesmo tempo que afirmava que os portugueses "querem ter uma voz activa, o direito a votar e a escolher o seu destino e não delegam decisões no Conselho Nacional do PSD".

GRUPO PARLAMENTAR

Por uma política educativa ao serviço da qualificação

5

PENSÕES DE REFORMA

Novas regras não garantem sustentabilidade nem solidariedade

9

AÇORES

César quer continuar ciclo de progresso e desenvolvimento

10

PARLAMENTO EUROPEU

Costa eleito presidente da delegação socialista portuguesa

12

ENTREVISTA

Correia de Campos: "A coligação juntou vários desastres"

14

Jornadas Parlamentares

PONTA DELGADA - 4-6 JULHO 2004

"O Estado da Nação e o Estado da Região"

"Perspectivas financeiras para o período 2007/2013"

EUROPA, REFERENDO E TUDO O MAIS...

Não são indiferentes os desenvolvimentos próximos na vida política portuguesa em ligação com os destinos europeus. Sem mais comentários, apenas temos de invocar os mais elementares princípios da legitimidade democrática. As eleições legislativas não se limitam a escolher forças políticas, optam por programas e por protagonistas. Quando as circunstâncias mudam, e quando os governantes se tornam outros, a soberania eleitoral tem de funcionar. Não há arranjos ou subterfúgios que possam afastar este ditame do mais elementar bom senso. Basta andar nas ruas e verificar o sentimento geral. É bom que haja portugueses em lugares de destaque internacional, mas é indispensável acautelar a governabilidade do País... É fundamental não cair em desvarios ou na vertigem da celebridade imediata. E basta recordarmo-nos de alguns discursos irresponsáveis de há bem pouco tempo sobre fugas e "crimes" e compará-los com a realidade dos factos, para percebermos que quem julga é julgado. E merece pasmo saber existir quem aja como se a Constituição de nada valesse e o Presidente da República fosse uma peça decorativa, apenas destinado a inaugurar exposições de crisântemos...

No entanto, objecto deste texto não é a crise política, mas o debate europeu e a aprovação do Tratado Constitucional Europeu. Como muito bem recordava há dias Teresa de Sousa, a verdade é que um dos domínios em que nos arriscamos a ter uma viragem de 180 graus na política governativa é exactamente o da União Europeia. Lembramo-nos bem de ver o doutor João de Deus Pinheiro, na campanha europeia, a pôr água na fervura e a demarcar-se de algumas vozes da coligação com ideias bem distintas das suas – e da direcção do PSD. Será que irá prevalecer agora a lógica céptica, a ambiguidade e a confusão?

Mas vamos ao que importa. O Conselho Europeu de Bruxelas aprovou o Tratado Constitucional para a União Europeia. O acontecimento é suficientemente importante para obrigar a uma especial ponderação. Temos, pela primeira vez, uma Constituição Europeia formal. É um facto importante. Teremos uma Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, com força obrigatória e uma União com personalidade jurídica de Direito Internacional, que poderá ser parte na Convenção Europeia dos Direitos Humanos, e teremos um Tratado legível para o comum dos cidadãos, com disposições e procedimentos mais simples e acessíveis. A União precisa, de facto, de uma Magna Carta – que clarifique as fronteiras dos poderes soberanos (europeu e nacionais), que consagre a cidadania europeia, que articule eficácia orgânica e democracia, que salvguarde o respeito

pelos princípios da proximidade e da proporcionalidade, que dê aos cidadãos e aos parlamentos nacionais uma voz activa, que permita a adopção de políticas visando a coesão económica, social e territorial, bem como o pleno emprego e a competitividade. No entanto, mais importantes do que a arquitectura constitucional são as políticas europeias que pudermos concretizar no novo quadro.

É verdade que ficámos aquém do desejável, mas preservou-se o essencial do texto da Convenção. O sistema de voto no Conselho (55 por cento dos membros, 65 por cento da população) cedeu à tentação de privilegiar a formação de minorias de bloqueio, em lugar da criação de maiorias positivas de defesa dos interesses comuns. Não se consagrou o embrião do Senado – um Conselho legislativo. A Comissão só passará a 18 membros em 2014. Não se avançou na coordenação das políticas económicas. Insistiu-se no veto nas políticas externa, de segurança comum e de defesa – o que poderá agravar a incapacidade europeia na ordem internacional. Contudo, o novo Tratado Constitucional salvaguarda as soberanias nacionais e clarifica a soberania europeia, podendo abrir caminho à criação de uma vontade comum europeia, assente em duas legitimidades, a dos Povos (ou dos cidadãos) e a dos Estados.

E falemos do referendo. Como sempre afirmei, ainda durante a Convenção, nada temos a temer. O passo que a União irá dar é suficientemente importante para exigir que os cidadãos se pronunciem. A consulta popular deverá, por isso, ser "clara, inequívoca e constitucional". E, para respeitar a lei fundamental, não poderá confundir-se com outros actos eleitorais. E se devemos afirmar a necessidade de uma campanha cívica e política pelos *dois sins*, sim ao referendo e sim ao tratado constitucional, a verdade é que não colhem os argumentos falaciosos sobre o facto de desconhecermos o objecto do referendo. O que está em causa, de facto, são os novos passos a concretizar no novo tratado: obrigatoriedade da carta de direitos, que favorece os cidadãos, clarificação e limitação das competências próprias da União e reforço dos poderes dos parlamentos nacionais no processo relativo ao cumprimento do princípio da subsidiariedade. Estes são os avanços – a que importa acrescentar a salvaguarda das soberanias nacionais e da igualdade entre os Estados-membros. Não está em causa pronunciarmo-nos sobre o que já existe e sobre o que já aceitámos, nos anos 80 e 90, ou sobre processos de intenção e realidades que não estão em causa. Definamos, por isso, o âmbito de um debate sério.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Basta recordarmo-nos de alguns discursos irresponsáveis de há bem pouco tempo sobre fugas e "crimes" e compará-los com a realidade dos factos, para percebermos que quem julga é julgado.

ADEUS ZÉ MANEL BARROSO (SEM ACENTO, SEM U E SEM DURAQ)

ANTOONIO COLAÇO

A MÃE DE TODAS AS TANGAS

ANTOONIO COLAÇO

Quando o primeiro-ministro e alguns ministros pedem sacrifícios ao povo, então eles também devem fazer um pequeno sacrifício e em vez de ir para o estrangeiro seria melhor terem feito durante este período férias em Portugal.

Parque Botânico de Sintra, 18 / Diário Económico, 7 de Junho de 2004



- ADEUS, ZE(SEM ACENTO!!!) NÃO VAMOS TER SAUDADES TUAS MAS... CONTA COM OS NOSSOS CARTOONS PARA TE RELEMBRAR O PORTUGAL QUE NOS DEIXASTE: DO DESEMPREGO, DAS LISTAS DE ESPERA, DA INJUSTIÇA FISCAL, DA FALTA DE HABITAÇÃO.

A FERVER

ANTOONIO COLAÇO



3000 (JOBS) EM 9 (MESES)!!!

ANTOONIO COLAÇO



JÁ TINHAMOS AVISADO...

O ANTICLONE

ANTOONIO COLAÇO



COMISSÃO NACIONAL

PS UNIDO EM TORNO DE FERRO E DA ANTECIPAÇÃO DE ELEIÇÕES



A única forma correcta de superar democraticamente uma crise criada por Durão Barroso é ouvir os portugueses

A unanimidade sobre a necessidade de serem convocadas eleições antecipadas e o consenso em torno da liderança de Ferro Rodrigues para as disputar, foram as notas dominantes da reunião da Comissão Política Nacional, realizada ontem à noite.

Os socialistas presentes na Comissão Nacional foram unânimes a defender a convocação de eleições antecipadas, bem como em considerar que o único responsável pela situação de crise que se abateu sobre Portugal numa altura em que atravessamos enormes dificuldades económicas e sociais, foi o primeiro-ministro Durão Barroso, que decidiu abandonar a governação pouco mais de dois anos depois de ter sido eleito por uma margem mínima e sem acordos pré-eleitorais.

"A melhor solução para a crise política criada pela demissão de Durão Barroso é a realização de eleições antecipadas e efectivamente houve unanimidade", disse na Comissão Nacional o secretário-geral do PS, sinal que considerou muito importante para o país e para o Presidente Jorge

Sampaio, "que é quem tem de decidir". Ferro Rodrigues irá transmitir ao Presidente da República a unidade do PS em torno da convicção "de que a única forma correcta de superar democraticamente uma crise criada por Durão Barroso é ouvir os portugueses". De resto, sublinhou que todas as indicações demonstram que os portugueses querem ter uma voz activa e o direito a escolher o seu destino e não delegam essa responsabilidade no Conselho Nacional do PSD.

Ao intervir na reunião da Comissão Nacional, Ferro Rodrigues advertiu que, caso não sejam convocadas eleições antecipadas, o PS deverá, mesmo assim, estar mobilizado e preparado para o combate político contra um eventual novo governo da coligação PSD/PP. Mas caso sejam convocadas eleições antecipadas, então Ferro considera que, realizando-se elas em finais de Setembro ou início de Outubro, os calendários internos do PS não devem ser alterados para a realização de um congresso do partido.

Outros dirigentes do PS foram unânimes

em considerar que o momento é de unidade. Jorge Coelho referiu que o Presidente da República terá em consideração as opiniões que existem na sociedade portuguesa, nomeadamente no PS. "Isto não pode mudar de um dia para o outro como se estivéssemos numa monarquia em que há sucessores. Em Portugal, felizmente, vivemos numa democracia e numa República em que o poder está no povo", afirmou.

José Sócrates fez questão de sublinhar que "este não é o momento para discutir a liderança do partido". Na sua opinião, "quem tem problemas de liderança é o PSD e não o PS" e que, seja qual for a solução governativa que saia do actual quadro parlamentar, ela será sempre "fraca, sem prestígio e sem autoridade". Na mesma linha de pensamento está João Soares, anunciado candidato à liderança do partido, que considerou que, caso sejam convocadas eleições legislativas antecipadas, "o PS tem de estar unido e Ferro Rodrigues deve ser candidato a primeiro-ministro".

PP

SOCIALISTAS TÊM PROGRAMA ECONÓMICO PARA PORTUGAL

"Não queremos fazer promessas, mas apresentar melhores soluções aos portugueses", afirmou Ferro Rodrigues à entrada de uma reunião com dezenas de economistas e gestores independentes, académicos e outras personalidades de prestígio técnico reconhecido, ontem, no salão nobre do Centro Cultural de Belém.

"O PS tem um programa económico para o país" de forma a que Portugal "volte ao rumo do crescimento", garantiu o líder socialista, para quem "há uma urgência

de clarificação, já não económica e social, mas também política".

Por sua vez, o ex-presidente do Conselho Económico e Social, Silva Lopes, questionado pelos jornalistas sobre a crise política, disse estar convicto que a realização de eleições antecipadas pode ser a melhor solução para manter o rigor orçamental.

"Portugal precisa de medidas impopulares e estamos a aproximar-nos de um período eleitoral em que a tendência seria tomar medidas que

agradassem aos eleitores e com algum risco para o equilíbrio orçamental", concluiu.

Iniciados há seis meses, estes encontros visaram alicerçar a solidez das propostas económicas e financeiras do PS para Portugal. Na reunião de ontem, que decorreu à porta fechada, participaram, entre outros, João Ferreira do Amaral, Vital Moreira, Correia de Campos, Teodora Cardoso, Silva Lopes, Elisa Ferreira Jamila Madeira e João Cravinho.

MR

FERRO RODRIGUES

DECISÃO DE DURÃO COLOCA PAÍS PERANTE INSTABILIDADE E INCERTEZA

A decisão de aceitar o cargo de presidente da Comissão Europeia é "da exclusiva responsabilidade de Durão Barroso e do PSD e coloca o país numa situação de instabilidade e incerteza", afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que, perante este cenário, afirmou que "a melhor solução para esta crise passa pela realização de eleições legislativas antecipadas".

Ferro Rodrigues falava numa conferência de Imprensa no Largo do Rato logo a seguir à declaração de Durão Barroso a justificar a sua aceitação do cargo de presidente da Comissão Europeia.

Sem deixar de avaliar positivamente a presença de um português num cargo tão relevante e de desejar as maiores felicidades a Durão Barroso, o secretário-geral do PS considerou que aquela decisão, contudo, representa "uma quebra de compromisso, por diversas vezes reiterado, para com o eleitorado e com os portugueses". Neste contexto, lembrou que também António Guterres e Jean-Claude Juncker, actual primeiro-ministro do Luxemburgo, perante o mesmo convite, não o aceitaram em nome das suas obrigações nacionais.

"O abandono do dr. Durão Barroso do seu cargo de primeiro-ministro, apoiado por uma coligação pós-eleitoral entre o PSD e o CDS, cria uma situação complexa que é necessário ultrapassar com serenidade mas também com transparência", afirmou Ferro Rodrigues.

No entanto, a gravidade da situação económica e social e um conjunto de outros factores não podem ser ignoradas, designadamente "a instabilidade gerada pela demissão do primeiro-ministro, a intensa insatisfação que o povo português tem manifestado acerca da forma como a coligação PSD/PP tem governado, a natureza das propostas do PSD para a superação desta crise, a clara divisão em sectores que apoiam a coligação, devem obrigar a uma clarificação democrática que só o escrutínio popular permite aferir". Recordou também que o descontentamento popular face à coligação que governa Portugal ficou bem expresso no dia 13 de Junho, "momento em que pela primeira vez foi medido o seu prestígio perante os portugueses". "O PS – lembrou Ferro Rodrigues – tem legitimidade acrescida neste caso, já que em Dezembro de 2001 tomámos a iniciativa de afirmar a necessidade das eleições antecipadas de 2002, sem esperar pela decisão do Presidente da República".

"Penso que o país quer eleições, quer ser ouvido. O PS, como referencial de estabilidade e de esperança para Portugal, assumirá todas as suas responsabilidades", concluiu.



SAMPAIO OUVI PERSONALIDADES DA POLÍTICA E DA ECONOMIA

Para decidir o que fazer com a crise aberta com a demissão do primeiro-ministro, o Presidente da República, Jorge Sampaio, iniciou ontem uma ronda de audiências com personalidades da sociedade portuguesa ligadas à política, à economia e ao direito, que culminará com encontros com os representantes dos partidos políticos na próxima terça-feira, dia 3 de Julho.

O governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, Mário Soares e Mota Amaral, foram os primeiros a ser ouvidos. Hoje foi a vez de João Salgueiro, presidente da Associação de Bancos Portugueses e dos Conselheiros de Estado Almeida Santos e Ramalho Eanes, e ainda Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa.

Amanhã serão ouvidos o presidente do Tribunal Constitucional, Luís Nunes de Almeida e os ex-primeiros-ministros António Guterres e Pinto Balsemão. Sexta-feira será a vez de Rui Machete, Miguel Cadilhe e do constitucionalista Gomes Canotilho.

Para os primeiros dias da próxima semana, Jorge Sampaio tem agendadas reuniões com os partidos políticos com assento parlamentar.

COMISSÃO POLÍTICA REALÇA VITÓRIA HISTÓRICA DO PS NAS EUROPEIAS

O "resultado histórico" alcançado pelos socialistas e a "estrandosa derrota da coligação de direita" nas eleições europeias destacam-se entre as conclusões da Comissão Política do PS que se reuniu no Largo do Rato dois dias depois das eleições para o PE. Esta reunião foi ainda marca pelo anúncio de José Lamego de se candidatar à liderança do PS.

Vera Jardim, ao apresentar as conclusões da reunião, destacou o facto de o PS ter sido o primeiro partido a obter mais de um milhão e meio de votos num acto eleitoral para o Parlamento Europeu. Para os socialistas, "com estes resultados ficou claro que os portugueses rejeitaram claramente as políticas levadas a cabo pelo Governo do dr. Durão Barroso e que mostraram um grande cartão amarelo a essas políticas", rejeitando "a colagem do Governo à guerra do Iraque, a interpretação errada e míope do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o peso excessivo que a direita mais à direita tem no Governo e o discurso de passa-

culpas do dr. Durão Barroso".

No comunicado refere-se ainda que "com estes resultados ficou ainda claro que o PS, sozinho, pode derrotar a direita unida", salientando que "a concentração de votos no PS exige, por isso, uma responsabilidade acrescida". A Comissão Política debateu também os acontecimentos ocorridos na Lota de Matosinhos, que se "revestiram da maior gravidade", tendo aprovado a criação de uma comissão de inquérito, presidida pelo Presidente do Partido, António de Almeida Santos e integrada ainda pelos camaradas José Vera Jardim e Jorge Lacão, "encarregada de proceder a um rigoroso e urgente apuramento dos factos e das correspondentes responsabilidades", após o que as conclusões serão levadas ao conhecimento da Comissão Nacional de Jurisdição do Partido para o exercício das respectivas competências.

A Comissão Política registou as declarações feitas pelos camaradas Narciso Miranda e Manuel Seabra de



O resultado das europeias demonstra que o PS sozinho pode derrotar a direita unida

suspender a sua participação neste órgão do partido, registando o comunicado saído da reunião que, "dada a gravidade dos acontecimentos, os responsáveis que como tal vierem a ser reconhecidos, terão deixado de ter condições para representar o PS em próximas eleições autárquicas".

A Comissão Política manifestou ainda "a sua firme disposição de exercer a sua autoridade democrática, com vista a evitar que a repetição de acontecimentos deste género voltem a pôr em causa a dignidade do Partido e do exercício da actividade política".

De salientar que o camarada José Lamego, que ocupou recentemente o cargo de conselheiro do Governo provisório do Iraque, anunciou a sua candidatura à liderança do PS no próximo Congresso. Lamego explicou que decidiu avançar "em nome de um conjunto de ideias e princípios", que considera não estarem representados na liderança de Ferro Rodrigues, e para dar voz a uma nova geração de jovens quadros socialistas.

COMISSÃO DE INQUÉRITO AOS INCIDENTES DA LOTA DE MATOSINHOS

Tem vindo a trabalhar intensamente a comissão de inquérito aos incidentes ocorridos na lota de Matosinhos, que deverá apresentar as conclusões nos primeiros dias de Julho.

Nomeada em reunião da Comissão Política do PS no passado dia 15, é constituída pelos camaradas Almeida Santos (presidente), Vera Jardim e Jorge Lacão.

Após as audições, a comissão de inquérito vai elaborar um relatório de conclusões a entregar à Comissão Política que, por sua vez, caso haja matéria susceptível de configurar um tipo de sanção disciplinar, o remeterá para a Comissão de Jurisdição para que proceda à sua aplicação.

FERRO RODRIGUES INDIGNADO

DEZ MIL FAMÍLIAS À ESPERA DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O secretário-geral do PS declarou-se "indignado" por cerca de dez mil famílias estarem à espera de receber o Rendimento Social de Inserção, que veio substituir o Rendimento Mínimo Garantido.

Para Ferro Rodrigues, "esta situação demonstra como este Governo é incompetente, irresponsável do ponto de vista político e insensível do ponto de vista social", sublinhando que "perante pessoas tão pobres e carenciadas, o Governo tem a obrigação moral de avançar com medidas de emergência".

O líder do PS sustentou que o Executivo deverá entregar, mesmo que a título provisório, alguns subsídios monetários a essas dez mil famílias, "porque, no fundo, são cerca de 40 ou 50 mil cidadãos que se encontram em situação delicada".

Mas, para além dos cerca de dez mil processos pendentes, a que corresponde outros tantos agregados familiares, também os novos sete mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção, apesar de já se encontrarem a receber uma prestação pecuniária, "ainda não têm um projecto de vida", conforme reconheceu a própria secretária de Estado da Segurança Social.

CULTURA

PATRIMÓNIO DESPROTEGIDO E DESGOVERNADO

Dando continuidade aos contactos directos que vem estabelecendo com organismos e serviços do Ministério da Cultura, os deputados socialistas Augusto Santos Silva, Manuela Melo, Luís Fagundes Duarte e Isabel Pires de Lima reuniram-se com responsáveis do Instituto Português de Arqueologia (IPA) para fazer o balanço de dois anos e meio de tutela da direita na Cultura. As conclusões, em seis dossiês essenciais, eram as previstas e por vezes piores, garantem os parlamentares do PS ao reafirmarem, em nota à Imprensa, que o a decisão de proceder à fusão do IPA com o IPPAR "estava errada" e "portanto, o processo tem-se arrastado sem qualquer benefício para o funcionamento dos institutos".

Também a indefinição causada por todo este processo implicou a falta de verbas

para a abertura, este ano, de concursos para apoio à investigação científica na área da arqueologia.

Ao nível do funcionamento interno, os socialistas manifestam preocupação pelo facto de "continuar a manter-se em regime de trabalho precário uma parte muito significativa dos funcionários", apesar do assinalável acréscimo de trabalho a que instituto tem de responder.

Relativamente ao Parque Arqueológico do Côa e ao Plano Especial de Ordenamento (PEO), assinala-se que as gravuras paleolíticas "estão sem qualquer instrumento de protecção" e que o PEO não entrou ainda em fase de consulta pública. Quanto à construção do Museu de Arte Rupestre e Arqueológica do Côa, os deputados estimam que, "na melhor das hipóteses, esta obra será terminada no final de 2007".

"O PS chama a atenção do Ministério da Cultura para a necessidade de um apoio político permanente e empenhado no desenrolar do processo, incluindo o acautelamento de verbas comunitárias a este projecto destinadas", diz a nota em que os socialistas reafirmam igualmente a sua preocupação quanto ao atraso na publicação de regulamentos disciplinares da Lei de Bases do sector.

Por último, e informados de que o parecer do IPA sobre a construção em alternativa das barragens do Alto Côa e do Baixo Sabor apontava como solução ideal a não execução de nenhuma das obras, os deputados propõem que seja constituído, com carácter de urgência, um Gabinete Técnico que proceda atempadamente à prospecção, registo e salvaguarda do património arqueológico da área afectada pela albufeira.

MUDANÇAS NA AGENDA PARLAMENTAR

A agenda parlamentar sofreu uma profunda alteração com a saída de Durão Barroso do Governo. Assim, e de acordo com a decisão unânime da conferência de líderes, as propostas apresentadas pelo Executivo caíram e ficou sem efeito o debate do Estado da Nação, marcado para o dia 7 de Julho. De pé ficou apenas o debate de urgência marcado para o dia 8, sobre a demissão do ainda primeiro-ministro e a discussão sobre a Constituição europeia, agendamentos estes que foram requeridos pelo GP/PS.



MINIJORNADAS PARLAMENTARES

POLÍTICA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA QUALIFICAÇÃO

Os socialistas e os parceiros educativos esperam que o Presidente da República ponha um travão à nova Lei de Bases da Educação.

Segundo Luís Fagundes Duarte, "a forma como a nova lei foi aprovada na Assembleia da República, apenas com os votos favoráveis da maioria, merece, só por si, total discordância" da parte de PS.

É que, a promulgar-se esta lei, "ela só poderá durar mais um ano e meio, o mesmo tempo que resta ao Governo", considerou o deputado socialista, que falava, no passado dia 21 de Junho, na Assembleia da República, durante uma audição pública dos parceiros educativos, uma iniciativa promovida pela bancada do PS com vista à preparação do debate sobre o Estado da Nação.

Os deputados socialistas ouviram os parceiros educativos acusarem Governo de se ter mantido autista no processo de reestruturação dos níveis de ensino e de ter desmantelado a rede de construção escolar que implicou, nos anos de governação do PS, um forte investimento público e um grande esforço colectivo, bem como na área de formação de professores.

No debate sobre "O Estado da Educação – Problemas e Perspectivas", todos os intervenientes foram bastante críticos quanto à actual política do Executivo. Entre os problemas mais focados destacaram-se a "trapalhada" nos concursos de professores e na formação de docentes.

As associações presentes reivindicaram a necessidade de se apostar na formação específica para cada disciplina e não apenas na transversalidade dos conteúdos, de forma a que os cursos sirvam "para mais alguma coisa que não apenas a acumulação de créditos para a progressão de carreira".

Os parceiros educativos queixaram-se igualmente do subfinanciamento crónico do sector do ensino, em particular do



superior e consideraram que "todo o edifício legislativo que tem vindo a ser construído não está à altura de fazer face aos desafios que o novo paradigma emanado do processo de Bolonha". Atrasos graves na definição de políticas claras para o sector, até para o ensino da saúde, fazem reacear efeitos "catastróficos" que, segundo os deputados socialistas da Comissão de Educação, já se sentem de forma preocupante.

Luís Fagundes Duarte, Isabel Pires de Lima, Cristina Granada e Rosalina Martins deram conta do diagnóstico "muito pessimista" que puderam recolher "ao longo de mais de 80 sessões de debate, em contacto com as pessoas, de Norte a Sul do país".

"É, de facto, um cenário muito pior do que tínhamos previsto", constatou Isabel Pires de Lima depois de ouvir as associações manifestarem profunda preocupação

com a intenção que subjaz à actuação do Ministério da Educação de abandonar o projecto de uma escola inclusiva e de qualidade desde o pré-escolar.

Outra das ideias que mereceu consenso na audição parlamentar foi a da necessidade de se proceder a um trabalho de qualificação ao nível dos ensinos básico, secundário e superior, valorizando o ensino público para salvaguardar e promover eficazmente a igualdade de oportunidades. Os docentes criticaram ainda as "limitações cegas" impostas pela tutela da Educação ao nível do acesso ao ensino e defenderam uma entrada na universidade mais cedo, porque "as escolas devem acompanhar o ritmo de aprendizagem das pessoas que é enorme e muito rápido". Pela parte dos deputados socialistas e nas conclusões do encontro, Rosalina Martins afirmou que "não bastam apenas as leis para resolver os problemas da Educação em Portugal".

Já Cristina Granada disse que "os socialistas estão muito alarmados com o anúncio de uma revisão curricular para o ensino básico", acrescentando que a direita, depois de ter feito tudo para sabotar as áreas curriculares, alega agora que elas não funcionaram.

"Mas o PS quer uma política educativa de continuidade, ao serviço da causa da qualificação com qualidade e não de interesses políticos pontuais", rematou.

Autarcas exigem clarificação de competências e financiamento

Ainda no âmbito das Mini Jornadas Parlamentares sobre Educação, o GP/PS promoveu um segundo encontro, também no dia 21, desta feita com os vereadores socialistas ligados ao sector para auscultar os problemas que ao nível municipal, se apresentam actualmente. Na abertura do debate "Os Municípios e a Educação", o líder da bancada António

José Seguro garantiu que o PS quer ouvir todos para voltar ao poder com alternativas e respostas válidas, com uma visão global, para governar melhor para os portugueses. Neste sentido, disse, "os socialistas assumiram como desafio fazer um diagnóstico rigoroso da situação de três áreas prioritárias – educação, saúde e emprego –, e confrontar a direita com os seus erros perigosos ao longo da última legislatura". Nesta sessão preparatória do debate sobre o Estado da Nação, Jorge Coelho assegurou que a política autárquica do Partido Socialista relativa à educação será definida até 2005 em termos "bem claros".

Durante o debate com os vereadores socialistas com o pelouro da educação, a aposta nos primeiros anos do ensino e as dificuldades financeiras das autarquias foram dois pontos referidos de forma recorrente.

A necessidade de haver uma definição clara entre as competências das câmaras municipais e as funções do Ministério da Educação em matéria educativa foi outra ideia defendido pela maioria dos autarcas. A situação do parque escolar, os problemas com os transportes, a escassez de recursos materiais, financeiros técnicos e humanos, bem como o abandono a que são votados os primeiros anos do ensino em Portugal foram, também, preocupações repetidas ao longo da sessão, onde ainda se abordou a crescente desresponsabilização das Direcções Regionais de Educação na efectivação de apoios para as autarquias nesta matéria.

Alguns vereadores falaram da agudização do problema do abandono escolar, da sobrelocação das escolas em concelhos mais jovens, da falta de autonomia e ainda do deficiente funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, "onde tudo se discute, todos têm uma opinião, mas nada se decide".

MARY RODRIGUES

COELHO DETERMINADO A GANHAR AUTÁRQUICAS DE 2005

"A vitória é a nossa meta para 2005". Este o compromisso assumido pelo coordenador nacional do PS para as eleições autárquicas perante dezenas de vereadores socialistas, durante um encontro preparatório do debate sobre o Estado da Nação.

"A responsabilidade começa por mim", sublinhou Coelho, definindo esta como a sua "exclusiva preocupação" e afastando as especulações relativas ao desfecho do próximo congresso do PS, em Novembro deste ano.

"O desígnio dos socialistas é tudo fazer para ganhar as autárquicas" porque, adiantou, "é meio caminho andado para vencermos nas legislativas".

QUALIFICAÇÃO E EMPREGO

É PRECISO MUDAR O ENSINO BÁSICO

A introdução de mudanças importantes em todos os níveis de ensino, mas também e sobretudo no básico, é o principal desafio com que Portugal se defronta ao nível das áreas da qualificação e do emprego. Esta é a ideia central emanada de um debate promovido pelos Grupo Parlamentar do PS e que decorreu no Porto, no passado dia 28 de Junho.

Em declarações ao "Acção Socialista", a deputada Manuela de Melo explicou que os empresários e académicos intervenientes neste evento apontaram frequentemente para a necessidade de retirar do ensino básico a carga programática, reforçando ao mesmo tempo a vertente experimental e prática.

A qualificação de recursos humanos deve ser ainda dirigida preferencialmente às necessidades concretas do tecido empresarial e não condicionada apenas pela presença ou ausência de meios financeiros.

"Todos concordaram no ponto em que é preciso evitar a proliferação de entidades formadoras pelo simples facto de haver mais dinheiro", declarou, acrescentando que os presentes consideraram que as dificuldades de integração dos recursos qualificados na estrutura económica e produtiva está amplamente depende do modelo de desenvolvimento que temos. "A formação das pessoas é vista como um custo e não como um investimento",

exemplificou Manuela Melo, reportando-se de seguida à ideia da urgência de uma mudança não só do modelo mas das mentalidades.

"As empresas devem mudar a sua forma de recrutamento, criando condições para uma maior abertura", resumiu, apontando ainda para a urgência de um incentivo continuado com vista a um maior envolvimento das universidades na qualificação dos recursos humanos activos, ou seja, dos que estão integrados no mercado de trabalho.

A vice-presidente da bancada socialista classificou como "riquíssimo" o diálogo que a delegação de parlamentares do PS pôde manter com o

painel de convidados para o debate moderado por António Dornelas e que contou com a presença de José Madureira (Faculdade de Economia do Porto), Cristina Parente (departamento de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto), Francisco Madelino (ISCTE), António Figueiredo (consultor), Artur Duarte (empresário da indústria do calçado), Laranjeira Vaz (empresário na área da formação profissional) e Rui Moreira (Associação Comercial Portuense).

O debate centrou-se numa reflexão proposta de quatro questões essenciais na área da formação de recursos humanos para o emprego: quem pode fazer o quê

para aumentar a qualificação profissional dos portugueses em idade de trabalhar?, quem pode fazer o quê para aumentar a utilização, pelas empresas e organizações, das qualificações profissionais em Portugal?, que podem fazer ou não devem fazer as políticas públicas para melhorar as qualificações dos residentes e pela promoção do emprego qualificado? e que papel cabe às políticas públicas de emprego?

Este evento decorreu após a visita dos deputados socialistas à empresa especializada na gravação de cilindros para impressão em rotogravura, a Tecnogravura –, em Vila Nova de Gaia.

M.R.

APROVADO DIREITO DE ASSOCIAÇÃO DA GNR

A Assembleia da República aprovou no dia 17 de Junho, na generalidade, diplomas do PS e da maioria PSD/PP sobre o direito de associação profissional da GNR. A regulação do direito de associação profissional da GNR, uma reivindicação antiga destes militares, passa – na proposta do Governo e no diploma do PS, que serão discutidos em conjunto na especialidade – pela possibilidade de as associações que vierem a ser legalmente constituídas integrarem conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho.

Estas associações não podem, no entanto, ter natureza política, partidária ou sindical e mantêm-se vedado aos profissionais da GNR o direito à greve.

Entretanto, o Parlamento aprovou também que o projecto do PS para uma lei quadro sobre as autoridades reguladoras independentes passe à discussão na especialidade, sem ser votado na generalidade, depois de, em 2003, ter sido chumbado pela maioria PSD/CDS-PP.

A lei quadro que voltou a ser proposta pelos socialistas pretende reunir a legislação específica e criar regras comuns para as diferentes autoridades reguladoras independentes, como a Autoridade Nacional de Comunicações ou a Entidade Reguladora do Sistema Energético. O deputado do PS Alberto Martins defendeu a necessidade de haver “uma padronização de regras” para aquelas entidades criadas pelo Estado, nomeadamente que passem a ter “um mandato preciso e limitado, para garantir a independência”, e um “conselho consultivo aberto à sociedade civil” e que sejam criadas pela Assembleia da República.



SOUSA FRANCO HOMENAGEADO NA AR

Numa sessão marcada pelo pesar, a Assembleia da República homenageou o professor António de Sousa Franco e também o deputado comunista Lino de Carvalho, que faleceu um dia depois do antigo ministro das Finanças do PS. Sobre o cabeça de lista socialista às últimas eleições europeias, o GP/PS apresentou um voto de pesar onde se salienta a “excepcional dimensão intelectual científica e pedagógica” de Sousa Franco – sublinhando a vasta obra produzida pelo professor de Direito – e elogiou também a sua “capacidade única de entrega ao serviço público”. As qualidades académicas de Sousa Franco foram lembradas igualmente pelos seus ex-alunos Guilherme d'Oliveira



Martins (PS) e Assunção Esteves (PSD). Também o deputado do CDS-PP Diogo Feio, o comunista António Filipe, a deputada do Bloco de Esquerda (BE) Alda de Sousa e a deputada de “Os Verdes” Isabel de Castro lamentaram a “morte trágica” Sousa Franco e elogiaram a sua dedicação à actividade de docente e a sua “militância cívica e política”. Para o presidente do Parlamento, Mota Amaral, seu amigo pessoal, “o brilho da personalidade de António de Sousa Franco iluminou toda uma geração”. Depois da aprovação por unanimidade dos votos de pesar, a Assembleia da República observou um minuto de silêncio em memória de Sousa Franco e Lino de Carvalho.

NOVOS ROSTOS NA BANCADA SOCIALISTA

A bancada do PS vai ganhar novos rostos a partir da próxima sessão legislativa. Com a saída de sete parlamentares que foram eleitos pelo PS para o hemiciclo de Estraburgo, as necessárias substituições implicam o início de funções de outros tantos deputados socialistas na Assembleia da República. Assim, Carlos Zorrinho substitui Capoulas Santos no círculo eleitoral de Évora e Vítor Neto assumirá o lugar de Jamila Madeira, eleita pelo círculo de Faro. Os restantes cinco novos deputados do

PS são Isabel Vigia, que substitui António Costa por Leiria, Gustavo Carranca, que ficará no lugar de Francisco Assis do Porto, Isabel Tinoco Faria que exercerá mandato por Braga em vez de Elisa Ferreira, Vítor Cunha, que ocupará a bancada por Fausto Correia, por Coimbra, e Irene Veloso substituirá Edite Estrela eleita por Lisboa. Como os novos eurodeputados só tomarão posse a 20 de Julho, os deputados eleitos nas recentes eleições europeias vão continuar na Assembleia da República

até ao final da presente sessão legislativa, que termina a 9 de Julho próximo. A estreir-se nas lides parlamentares da União Europeia estarão Ana Gomes e Emanuel Jardim Fernandes que até agora desempenhavam funções partidárias como secretária nacional do PS para as Relações Internacionais e presidente da Comissão Política Regional do PS/Madeira, respectivamente. Já em Bruxelas permanecerão ainda os eurodeputados socialistas Paulo Casaca, Manuel dos Santos e Sérgio Sousa Pinto.

ACESSIBILIDADES

GOVERNO PREJUDICA SANTARÉM

O Governo tem que olhar para Santarém e por isso o Grupo Parlamentar do PS vai apresentar, na Assembleia da República, propostas de inscrição de verbas no próximo Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e questionar a tutela sobre as intervenções mais urgentes no distrito.

O porta-voz do PS para as Obras Públicas, José Junqueiro, lamentou a “queda brutal” dos investimentos na rede viária originada pelo Executivo azul/laranja, lembrando que “os últimos governos socialistas canalizaram para a rede viária um terço dos 4 mil milhões de euros que o Estado cobra todos os anos em impostos relacionados com o sector automóvel”.

“O actual Governo está a investir apenas um sexto. É absolutamente impossível concretizar, assim, muitas obras essenciais”, considerou, defendendo que a tutela tinha de “dar um impulso ao investimento público” e lamentando os danos causados às actividades económicas da região de Santarém pelo mau estado das vias rodoviárias.

José Junqueiro falava durante a visita que uma delegação parlamentar do PS realizou, no dia 21 de Junho, ao concelho escalabitano, respondendo a um convite da autarquia, para se inteirar dos problemas locais no domínio das acessibilidades.

Os deputados socialistas visitaram as áreas da periferia da cidade de Santarém onde se deverá desenvolver a variante à Nacional 3. Passaram também pelo Norte do concelho, onde verificaram o mau estado das nacionais 361 e 362 e almoçaram com empresários locais.

Na ocasião, Junqueiro acrescentou que “há discrepâncias” na forma como o Governo contempla as diferentes regiões do país no domínio das acessibilidades, porque “não existe um plano coerente de investimentos”. “Há muitas hesitações no sector das Obras Públicas”, criticou, citando exemplos como o futuro aeroporto, o TGV e as concessões de novas auto-estradas.

Mas dado o estado de paralisia e de indefinição em que se encontra a construção de algumas acessibilidades que constituem “factores estruturantes da economia e da qualidade de vida” do concelho de Santarém, os deputados socialistas Vitalino Canas, José Junqueiro, Luís Miranda e Nelson Baltasar apresentaram também um requerimento onde questionam o ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação sobre o estado e a execução de projectos vários no distrito.

PEDROSO RETOMA MANDATO PARLAMENTAR

Paulo Pedroso retomou, no passado dia 16 de Junho, o seu lugar de deputado à Assembleia da República, com o parecer unanimemente favorável da Comissão Parlamentar de Ética.

Nas declarações que fez aos jornalistas no final dessa sessão plenária, o ex-

porta-voz socialista declarou o seu “apoio total” à anunciada recandidatura de Ferro Rodrigues ao lugar de secretário-geral do PS.

No entanto, para Pedroso, “não faz sentido” regressar em breve a funções de dirigente partidário, justificando que

“em equipa que ganha não se mexe”, numa alusão ao resultado das europeias. O ex-porta-voz socialista reafirmou ainda que tencionar processar quem esteve na origem de o envolver no processo de pedofilia e o manteve encarcerado preventivamente durante cinco meses.

DEBATE SOBRE

O ESTADO DA NAÇÃO

DÊ-NOS A SUA OPINIÃO

www.ps.parlamento.pt

Partido Socialista
GRUPO PARLAMENTAR

SEGURANÇA INTERNA

DESINVESTIMENTO GERA AUMENTO DA CRIMINALIDADE

O deputado do PS Vitalino Canas acusou o Governo de ter "o indesejável título de recordista do acréscimo dos índices de criminalidade dos últimos anos".



"Depois de já em 2002 se ter assistido a um acréscimo de cinco por cento, em 2003 há um acréscimo de seis por cento, à custa, sobretudo, dos aumentos registados nas áreas de competência da GNR. Em 2003 houve mais 23.256 ocorrências, cerca de mais 64 por dia, quase mais três por hora", referiu o parlamentar socialista durante a discussão, no Parlamento, do Relatório de Segurança Interna de 2003, acrescentando que "em dois anos os índices de criminalidade cresceram mais de 11 por cento em Portugal".

E alertou que "se os índices continuarem a crescer como cresceram em 2002 e 2003, em alguns anos estaremos acima da média europeia".

Na sua intervenção, o coordenador socialista para a área da Administração Interna sublinhou que "os cidadãos exigem medidas e acção nesta área. Querem mais patrulhamento, mais polícias na rua, mais visibilidade, mais proximidade e mais ambição".

No entanto, ao invés, acusou Vitalino Canas, "o Governo paralisa o investimento e diminui os efectivos por motivos que só podem ser de ordem financeira. Em 2003 houve menos 645 elementos da PSP e da GNR a proteger as pessoas e as ruas".

Para o parlamentar do PS, "esta realidade põe aliás a nu uma inverdade do discurso do Governo, quando diz que não será por questões de natureza financeira que os cidadãos terão menos segurança. Mas a verdade é que a obsessão do défice tem sérias consequências nesta área".

Assim, explicou, por causa dos constrangimentos financeiros, "o número de efectivos diminuiu, o esforço de modernização, reparação e construção de novas esquadras, quartéis, postos, foi interrompido, o ritmo de substituição de viaturas decresceu substancialmente, e cresceu o número de instalações policiais degradadas e impróprias para a sua função". O deputado do PS referiu ainda que "os profissionais da PSP, da GNR, do SEF, estão desmotivados e descrentes, causticados pela não resolução de problemas relacionados com promoções, remunerações, horas extraordinárias e condições de trabalho", porque, de facto e contra o discurso do Governo, "a segurança dos cidadãos também está sujeita a cortes". Segundo Vitalino Canas, o que resulta deste Relatório de 2003 é, em conclusão, "desorientação e desinvestimento do Governo na área da segurança interna", já que, "assoberbado com um aumento de criminalidade como não há memória, provocado certamente pela degradação do ambiente social, mas também pela degradação das condições de funcionamento das forças de segurança, o Governo reage sem um fio de rumo compreensível: diminui efectivos, negligencia o investimento em equipamentos, realiza cortes cegos, entra em guerra com os homens e as mulheres que servem as forças de segurança".

Neste contexto, o deputado do PS

sublinhou que ficou patente que "esta é uma área que não é prioritária para o Governo, onde falta peso político, onde está ausente qualquer vontade ou ímpeto reformista e onde há falta de ambição".

Socialistas votam contra relatório

O Grupo Parlamentar do PS votou contra as conclusões e parecer alternativo sobre o Relatório de Segurança Interna de 2003, que a maioria de direita fez aprovar sozinha, após discordar do documento elaborado pelo deputado socialista Strecht Ribeiro. Em reunião da subcomissão parlamentar de Administração Interna, realizada no passado dia 15 de Junho, o PSD e o PP voltaram a contestar o relatório/parecer de Strecht Ribeiro, entregue na Assembleia da República a 26 de Março deste ano, apresentando outras conclusões e um parecer alternativo.

Em resposta, o parlamentar do PS contestou o procedimento da maioria e explicou que introduziu "apreciações valorativas" no documento com as quais as restantes bancadas "não têm de estar de acordo", frisando, porém, que estas se limitaram "ao texto do relatório e não aquilo que é votado, as conclusões e o parecer".

O deputado socialista disse ainda que fez "pela primeira vez considerações políticas" num relatório/parecer sobre um documento governamental, porque "foi também a primeira vez que um Governo se elogiou a si próprio" num relatório enviado ao Parlamento.

O parecer aprovado pela maioria não difere substancialmente do apresentado pelo PS, mas já as conclusões aprovadas minimizam o aumento das participações criminais.

As conclusões do deputado Strecht Ribeiro eram, nomeadamente, mais detalhadas quanto aos casos de delinquência grupal, ao incluírem também dados sobre as armas utilizadas nessas ocorrências.

J.C.C./B.M.R.

Opinião

ESTADO DE CHOQUE

A fuga de Durão Barroso para a comissão, depois da esmagadora derrota e sem uma explicação aos portugueses, talvez queira dizer que o politólogo percebeu o que lhe iria acontecer a prazo em Portugal.



PAULO PEDROSO

A noite das eleições europeias deixou a direita em estado de choque. A dimensão da derrota da coligação eleitoral PSD/CDS atingiu um valor "impossível", dada a amplitude da viragem no comportamento eleitoral dos portugueses.

De uma só vez, com este resultado eleitoral, caíram dois teoremas que têm balizado a decisão política em Portugal.

O primeiro é o de que a aproximação entre forças políticas de

esquerda subtrai eleitorado, porque expulsa o centro, enquanto a aproximação entre forças de direita adiciona eleitorado, porque, inversamente, atrai o centro. Ora, a coligação PSD/CDS alienou o centro e o eleitorado moderado, revelando que as coligações pré-eleitorais podem ser subtractivas tanto à esquerda como à direita, não em função de um princípio universal, mas de acordo com a situação política concreta.

O segundo é o de que o PS é tanto mais ganhador quanto mais renunciar à explicitação das suas causas e ao combate político frontal à direita e aos perigos desta, uma vez no governo. Ninguém foi mais claro e radical que Sousa Franco em tal combate e nenhuma vitória foi tão ampla como esta.

A fuga de Durão Barroso para a comissão, depois da esmagadora derrota e sem uma explicação aos portugueses, talvez queira dizer que o politólogo percebeu o que lhe iria acontecer a prazo em Portugal.

Agora que a direita anda aos tiros e enquanto o Presidente pensa no que fazer, saibamos nós formular juízos estratégicos que retirem todas as consequências da queda de tais teoremas.

NOVA LEI DO CINEMA E AUDIOVISUAL

OPORTUNIDADE PERDIDA

A Lei do Cinema e Audiovisual não consagra a existência de um instituto público autónomo de apoio ao cinema e de um outro de apoio ao património fílmico, lamentou Augusto Santos Silva.

Segundo o deputado do PS, cuja bancada vai votar contra este diploma na votação final global, "continua a verificar-se o risco de desaparecerem o ICAM e a Cinemateca".

Augusto Santos Silva sustentou ainda que a obrigatoriedade de exibição dos filmes portugueses subsidiados pelo Estado "devia subir dos 60 por cento previstos no texto para os 100 por cento" e que "a verba do Orçamento de

Estado afecta ao ICAM, correspondente a um quarto da verba total do Instituto, devia ficar explicitada na lei", o que não sucede.

O deputado lamentou que tenha sido também recusada a proposta do PS para que o financiamento ao cinema e ao audiovisual ocorresse separadamente, "o que seria aconselhável já que há a possibilidade da televisão levar a maior parte da verba e o cinema apenas com montantes residuais".

"O PS considera ainda que os beneficiários do dinheiro do Fundo de Investimento devem ser apenas os produtores independentes", acrescentou Santos Silva, sublinhando com

desagrado que esta tenha sido a quinta alteração mais relevante sugerida pelos socialistas a não recolher aceitação da maioria.

Numa declaração de voto, o Grupo Parlamentar do PS considera que a Nova Lei do Cinema e Audiovisual "representa uma oportunidade perdida para o desenvolvimento do sector em Portugal", salientando que, "apesar dos esforços de outros grupos parlamentares — designadamente o PS —, nem sequer foi possível corrigir, na discussão especialidade, os seus aspectos mais gravosos", uma vez que a maioria rejeitou todas as alterações propostas. Entre os pontos negativos, o PS destaca

a manutenção dos "aspectos indesejáveis da concepção e organização do Fundo de Investimento, não se separando com clareza o financiamento das actividades e obras cinematográficas do financiamento das actividades e obras audiovisuais", a "recusa pela maioria da explicitação da participação do Orçamento de Estado no financiamento do cinema português" e o quase desaparecimento "das medidas de apoio ao acesso do cinema português ao mercado de exibição".

O PS critica ainda o facto de o aumento da base de financiamento "em nada beneficiar o sistema de apoios por

concurso, aquele que alegadamente privilegia a dimensão artística do sector" e de a maioria PSD/PP "abrir caminho à secundarização ou mesmo ao desaparecimento do actual ICAM", ao recusar a consagração na lei da "existência de dois organismos públicos com autonomia administrativa e financeira, um para organizar os apoios públicos do sector, outro para salvaguardar a valorização do património cinematográfico".

Em suma, concluiu o PS, "na versão imposta pela maioria parlamentar, a nova Lei do Cinema e do Audiovisual representará um passo atrás na política pública para o sector".

DEPARTAMENTO DE MULHERES

Sónia Furtuzinhos com Celeste Correia, Elisa Ferreira, Teresa Venda e Maria de Belém receberam na Assembleia da República o manifesto "Mulheres em Medicina Sim! Retrocesso Não", subscrito por cerca de três mil pessoas que condenam a incompetência e falta de vergonha do ainda ministro da Saúde pela posição assumida relativamente às quotas masculinas no acesso aos cursos de Medicina e a ausência de consequências para o actual Governo dessas declarações.

CONCELHIAS

O **PS/Gaia** vai contestar na Assembleia Municipal os planos de urbanização das frentes de mar de Aguda/Granja e Francelos/Miramar, aprovados pela maioria PSD/PP na Câmara.

O secretário-coordenador da estrutura socialista, Barbosa Ribeiro, referiu que o PS está de acordo, na generalidade, com aqueles dois planos, mas condiciona o voto da bancada parlamentar do PS a uma série de propostas de alteração que vai apresentar.

Só os socialistas têm vindo a reivindicar para Seia o que foi prometido, garante o **PS/Seia**, que, em comunicado, exige a construção da estrada variante daquela cidade, da estrada Portela de Arão/Lagoa Comprida (Serra da Estrela), do quartel da GNR de Paranhos da Beira e o dos Bombeiros de Loriga, "cujos projectos foram aprovados ainda no Governo do PS".

AUTARQUIAS

A **oposição socialista na Câmara de Lisboa** repudiou a proposta governamental para alterar os preços dos passes sociais por temer que as pessoas passem a andar menos de transportes públicos de mais de viatura própria, agravando o trânsito.

Em comunicado, os vereadores do PS da autarquia alfacinha alertaram para o perigo de uma futura legislação nesse sentido poder agravar os problemas de circulação na Área Metropolitana de Lisboa.

A **Câmara da Guarda** aprovou no passado dia 23 de Junho uma moção de protesto, que será enviada ao Governo, a exigir explicações sobre a ausência de uma paragem do comboio de alta velocidade na cidade, no estudo preliminar do TGV Aveiro-Salamanca.

A posição da autarquia surge na sequência da decisão do Conselho de Ministros que prevê para Viseu a paragem daquele comboio.

A presidente da autarquia, a socialista Maria do Carmo Borges, garantiu que a câmara vai continuar a exigir a paragem do TGV na cidade da Guarda.

A Câmara de Monchique continua sem saber se beneficiará de meios aéreos de prevenção e combate aos fogos florestais em 2004 e alerta para a falta de verbas e meios para combater eventuais incêndios.

O socialista **Carlos Tuta, presidente da autarquia**, manifestou-se "apreensivo face à indefinição e falta de informação das entidades com responsabilidade na matéria, após ter sido decretada a época de fogos a 1 de Junho".

O presidente da Câmara de Marco de Canaveses, recentemente condenado em tribunal à perda do cargo por um crime continuado de peculato, deve demitir-se ou a suspender o mandato. Este o desafio lançado pelos **vereadores do PS** que, em comunicado, destacaram o "alcance político" da sentença.

ENSINO

PS CONTESTA PROLIFERAÇÃO DE ESCOLAS SUPERIORES



O Grupo Parlamentar do PS exige a presença "urgente", na Comissão de Educação da Assembleia da República, da ministra da Ciência e do Ensino Superior, para prestar esclarecimentos sobre a publicação de uma nova lista de escolas a criar.

A bancada socialista adverte de antemão e depois de ter analisado o documento "Acções de Governação 2002-2006", divulgado pelo site ministerial, que fará oposição a "tudo o que possa significar uma proliferação de escolas de ensino superior que não obedeça às necessidades reais" e/ou à "pulverização da escala territorial a que se deve reportar essa rede". O PS acusa o governo de querer enxamear todos os recantos do país com escolas superiores, ao anunciar lista de novos estabelecimentos.

Segundo o coordenador do GP/PS para a área da Ciência e do Ensino Superior, Augusto Santos Silva, a avaliar pela lista de novas escolas, o Governo "terá

entrado em desvario".

"Não se compreende que num momento em que já são mais as vagas do que os candidatos e em que no ensino público existe vagas por preencher, exista um documento oficial a anunciar novas escolas", referiu exigindo de imediato que a titular da pasta desse uma explicação pública sobre o conteúdo e objetivos do documento em causa.

Se a lista de escolas apresentada no site do Ministério da Educação for concretizada, para o parlamentar socialista, o grau de dispersão territorial do ensino superior será "inaceitável". Destaque-se que o documento sem data prevê, por exemplo, uma escola de enfermagem em Vila de Rei, uma escola em Valongo e outra em Mondim de Basto e dá como adquiridas as Universidades de Viseu e Bragança.

"Esta lista de novas escolas é absolutamente demencial", refere Santos Silva,

acrescentando que a distribuição de escolas evidencia uma forte associação às eleições autárquicas.

Na opinião do deputado, a confirmar-se a intenção de criar estas escolas trata-se de uma viragem completa na política do ensino superior porque "há anos que os sucessivos ministros têm procurado travar a proliferação de instituições e de cursos". A lista, considera Augusto Santos Silva, evidencia também uma intenção do Executivo de privilegiar a Universidade Lusíada, uma vez que, "das várias escolas indicadas, cinco têm essa marca".

Entretanto, analisado o conteúdo do comunicado do gabinete da ministra em resposta à nota de Imprensa do PS e verificando-se que "não há nele esclarecimento substantivo das questões levantadas nessa nota", a bancada socialista requereu a audição de Maria Graça Carvalho na comissão parlamentar.

LISTA DAS NOVAS ESCOLAS SEGUNDO O DOCUMENTO "ACÇÕES DE GOVERNAÇÃO 2002-2006", NO SITE DO MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Açores

Instituto Superior Politécnico Lusíada; Instituto Politécnico dos Açores.

Aveiro

Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro; Universidade Técnica Lusíada do Centro; Escola Politécnica Aveiro Norte (Universidade de Aveiro).

Beja

Escola Superior de Saúde.

Braga

Instituto Politécnico do Cávado e Ave (criação de um segundo curso); Instituto Politécnico de Mondim de Basto; Escola de Medicina Dentária do Minho; Escola Superior de Turismo do Minho; Universidade do Vale do Sousa (passagem do Instituto de Ciências Norte a Universidade); Universidade Técnica Lusíada do Vale do Sousa.

Bragança

Nova Universidade de Bragança.

Castelo Branco

Escola de Turismo no Fundão; Escola de Enfermagem em Vila de Rei; Universidade Lusíada de Castelo Branco.

Coimbra

Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Oliveira do Hospital.

Guarda

Escola Superior de Tecnologias da Saúde; Escola Superior de Tecnologias da Saúde (Universidade da Beira Interior) em Gouveia; Instituto Superior Politécnico Lusíada de Penamacor.

Leiria

Escola Superior de Tecnologias da Saúde.

Lisboa

Faculdade de Medicina da Universidade Católica Portuguesa.

Madeira

Instituto Politécnico da Madeira.

Portalegre

Escola Superior de Saúde.

Porto

Escola Superior de Saúde da Misericórdia do Porto; Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Valongo; Escola de Tecnologia e Gestão de Felgueiras.

Santarém

Escola de Artes e Design em Tomar; Instituto Politécnico de Torres Vedras.

Setúbal

Escola Superior de Engenharia Industrial em Santiago do Cacém.

Vila Real

Escola Superior de Tecnologias da Saúde em Chaves.

Viseu

Escola Superior de Tecnologias da Saúde.

SECRETÁRIO-GERAL

6 de Julho – 12h00 – Ferro Rodrigues preside à sessão de encerramento das Jornadas Parlamentares, em Ponta Delgada.

GRUPO PARLAMENTAR

4 a 6 de Julho – Jornadas Parlamentares em Ponta Delgada, Açores. Dia 5 – "O Estado da Nação e o estado da Região"; Dia 6 – "Perspectivas financeiras para o período 2007/2013".

FEDERAÇÕES

10 Julho – 10h00 – A Federação de Setúbal organiza um debate sobre "A Participação dos Cidadãos" na esfera autárquica, com a presença do líder da bancada parlamentar, António José Seguro.

MULHERES SOCIALISTAS

14 de Julho – 19h00 – O Departamento Nacional de Mulheres do PS assinala o seu primeiro ano de actividade sob a liderança de Sónia Furtuzinhos com o evento "Um ano com a nossa marca", que terá lugar nos jardins da Sede Nacional, no Largo do Rato.

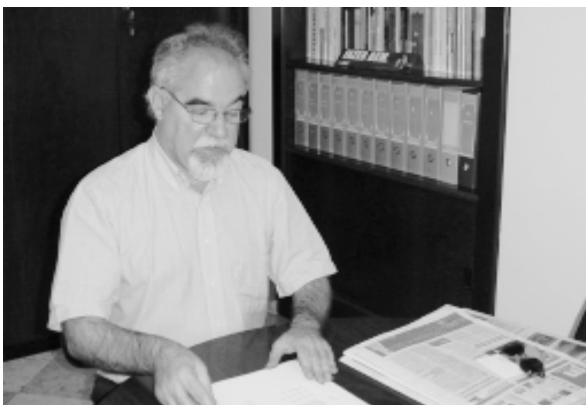
CONCELHIAS

11 de Julho – 16h00 – A Concelhia socialista do Sabugal promove, em Sortelha, o tradicional convívio anual de militantes e simpatizantes do PS.

PENSÕES DE REFORMA

NOVAS REGRAS NÃO GARANTEM SUSTENTABILIDADE NEM SOLIDARIEDADE

As novas regras para o cálculo das pensões de reforma anunciadas pelo actual Governo, que introduzem limites contributivos, o chamado plafonamento, "não melhoram nem a sustentabilidade nem a solidariedade dentro da Segurança Social, prejudicando o conjunto do sistema", afirmou ao "Acção Socialista" o camarada Vieira da Silva, salientando que "a resposta aos problemas da Segurança Social passa principalmente por uma melhor economia, com mais e melhores empregos".



Segundo o dirigente socialista, "o anúncio que foi feito pelo Governo, através do ministro Bagão Félix, de novas regras para o cálculo das pensões, nomeadamente a introdução de limites contributivos, não faz mais que reproduzir um compromisso que o Executivo já tinha assumido quando da aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, conhecendo-se ainda muito pouco dos contornos dessa legislação, que não foi ainda apresentada publicamente e na Assembleia da República".

Por isso, adiantou, o PS solicitou a ida do ministro à Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais para "esclarecer" estas novas regras.

O que está em causa na proposta do actual Governo, explicou, "é a introdução do chamado plafonamento, ou seja, a possibilidade de os trabalhadores que ganhem mais que seis salários mínimos poderem transferir uma parte das contribuições para uma qualquer instituição, seja privada, social ou pública, que possa fazer uma aplicação financeira dessa parte das contribuições". Portanto, explica, haveria segundo esta proposta "dois tipos de contribuintes, uns que ganhando até seis salários mínimos teriam toda a sua protecção na velhice e invalidez assegurada por um sistema público e outros que auferindo mais que seis salários mínimos poderiam colocar uma parte das suas contribuições numa tal aplicação privada".

Para o porta-voz do PS, trata-se de uma questão que tem de ser vista de uma "forma muito cuidada" e "fundamentalmente com uma preocupação", ou seja, analisar se o sistema de Segurança Social que assegura as prestações à generalidade dos trabalhadores portugueses "é ou não beneficiado com esta introdução destes limites", ou se, pelo contrário, "é prejudicado".

Significativa quebra de receitas

Ressalvando não conhecer ainda com o mínimo detalhe as regras que o Governo

pretende propor para vigorar a partir do próximo ano, Vieira da Silva afirma ter "as maiores dúvidas" sobre as vantagens para Segurança Social desse sistema.

E aponta como primeira razão o facto de a introdução dos limites contributivos ir naturalmente "produzir uma significativa quebra de receitas a prazo, uma vez que há um conjunto de pessoas que vão deixar de contribuir para a Segurança Social". Assim, frisa, "com essa diminuição de receitas, obviamente que o sistema terá menos recursos e fica mais frágil para poder cumprir as suas obrigações, sendo uma medida que numa primeira fase irá introduzir uma fragilidade maior na Segurança Social".

Embora reconhecendo, como afirma o Governo, que a prazo o sistema poderá ser recompensado, porque as pessoas também irão ter pensões mais baixas no sistema público porque entretanto descontam menos ao longo da sua vida, o porta-voz do PS considera que "o que está verdadeiramente em causa é que equilíbrio vai resultar daí, ou seja, qual o balanço final entre o que a Segurança Social perde enquanto a pessoa é contribuinte e aquilo que poderá ganhar quando a pessoa é pensionista".

Vieira da Silva sublinha ainda que "o Governo não apresentou contas convincentes que apontem para uma vantagem do sistema de Segurança Social". Ao contrário, disse, muito provavelmente o balanço é negativo, "uma vez que o que se perde durante largos anos só virá a ser recuperado muitos anos depois, havendo um grande risco de nunca vir a ser totalmente recuperado". É por isso, conclui, que o PS acha que esta medida "não está suficientemente estudada, não está suficientemente preparada, e muito menos foi apresentada com a transparência necessária para poder ter qualquer espécie de apoio da nossa parte".

Por outro lado, o dirigente do PS lembra que a Lei de Bases da Segurança Social aprovada pela maioria "diz que o Governo tem de provar que a introdução destes limites contributivos não põe em risco nem a sustentabilidade nem o princípio

da solidariedade".

Em relação à sustentabilidade, Vieira da Silva adianta que "o PS irá confrontar o Governo sobre as nossas dúvidas sobre os cálculos que nos afastam das conclusões do Governo", enquanto no que respeita à questão da solidariedade, considera que "esta forma de dividir o sistema entre aqueles que ganham mais e os que ganham menos não é o melhor caminho para o futuro da Segurança Social". Até porque, explica, "aqueles que agora vão poder não contribuir com a mesma percentagem dos outros são aqueles que têm rendimentos mais elevados e que portanto já podem por si próprios ter sistemas de pensões complementares que entenderem, ao contrário de todos os outros que por terem rendimentos mais exíguos estão limitados ao sistema público".

Para o porta-voz do PS, estamos perante uma alteração que "não melhora nem a sustentabilidade nem a solidariedade dentro da Segurança Social", principalmente "pelos custos que vai ter no período de transição em que durante muitos anos só há redução de receitas e só daqui a muitos anos é que poderá haver redução de despesas".

É necessária uma discussão séria

Neste contexto, defende que esta é uma questão que pela sua importância deve ser objecto de "uma profunda e muito séria discussão na sociedade portuguesa, com os sindicatos, associações empresariais, trabalhadores, forças políticas, porque estamos a abrir uma porta que pode ser uma porta perigosa para o sistema de Segurança Social universal e robusto".

Vieira da Silva sustentou ainda que a resposta de fundo aos problemas da Segurança Social "passa principalmente por uma melhor economia, com mais empregos e melhores empregos", acrescentando que "estas alterações podem servir alguns interesses, podem dinamizar alguns mercados de capitais, mas tenho dúvidas que sirvam o sistema de Segurança Social".

J. C. CASTELO BRANCO

IGUALDADE

QUOTAS MASCULINAS PARA MÉDICOS MOTIVA PROTESTO SOCIALISTA

Manifestamente insensível à urgência de clarificação sobre a polémica das quotas masculinas para os cursos de Medicina, a maioria parlamentar de direita preferiu adiar a discussão e depois chumbar o voto de protesto do PS onde se exigia que Durão Barroso tomasse posição sobre esta nova marca de retrocesso e desigualdade.

Portugal, no decorrer da campanha eleitoral para as europeias, foi surpreendido pelas declarações do ministro da Saúde a propósito da necessidade de quotas masculinas para os cursos de Medicina.

"Para além de ser estranho que se coloque a questão quando as mulheres representam 45 por cento dos médicos", destacam os socialistas no voto de protesto, "os motivos invocados pelo ministro para a defesa das quotas masculinas envergonham todos", apontam.

O documento, redigido por Sónia Furtuzinhos e apresentado em plenário por Afonso Candal, classifica como inaceitável que se discrimine as mulheres de forma tão descarada e afirma ser insólito e inadmissível o silêncio do primeiro-ministro, que ainda não veio a público "corrigir" as afirmações anacrónicas de Luís Filipe Ferreira.

Para o PS, este episódio é sintoma de uma visão de sociedade em que as mulheres assumem o papel principal no espaço doméstico e familiar, e os homens assumem o papel principal no espaço público e profissional.

"Esta perspectiva de sociedade aprofunda a desigualdade entre as mulheres e os homens e o preço dessa desigualdade é um preço que o Portugal europeu, moderno e desenvolvido não pode pagar!", afirmam os socialistas, fazendo ainda referência ao Código do Trabalho, e à sua regulamentação, à Lei de Bases da Educação como "alguns dos mais claros exemplos da marca governativa da coligação em matéria de igualdade entre mulheres e homens: a marca do retrocesso!".



NOVA LEI DE BASES DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CONSTITUI UM RETROCESSO

O Grupo Parlamentar do PS absteve-se na votação final da lei de bases da pessoa com deficiência, por considerar que o diploma "não foi objecto de um amplo e profundo debate como se exigia face à importância da matéria em causa".

Numa declaração de voto, os deputados socialistas referem ainda que a proposta de lei "encerra soluções que enfraquecem a intervenção do Estado num domínio fundamental, representando, nessa medida, um retrocesso face à Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de 1989".

Para o PS, "é fundamental" que uma nova lei de bases da pessoa com deficiência seja capaz, nomeadamente, de "aprofundar os mecanismos de solidariedade e coesão", "vincular o Estado a compromissos e orientações de política muito claras e rigorosas", "definir com clareza o papel dos agentes de política, em particular o Estado, e reconhecer, designadamente, a complementaridade do sector social e cooperativo num domínio onde têm forte presença".

Na declaração de voto, os socialistas consideram também que uma nova lei de bases devia "explicitar com rigor os conceitos adoptados, nomeadamente o conceito de organizações representativas das pessoas com deficiência", "consagrar a existência de um Plano Nacional Integrado Plurianual e de Planos Plurianuais em todas as áreas sectoriais relevantes", e "prever um regime tutelar das pessoas com deficiência desprovidas de meio familiar".

E acrescentam que "a nenhum destes objectivos o Governo e os partidos que o suportam quiseram dar resposta".

AÇORES

CARLOS CÉSAR QUER CONTINUAR CICLO DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

O PS revê-se com justo orgulho na obra feita ao longo dos últimos oito anos na Região Autónoma dos Açores. O ciclo de progresso e desenvolvimento protagonizado pelos socialistas liderados por Carlos César não pode parar.

Construir nos Açores uma sociedade com melhores níveis de bem-estar, maior coesão social e um crescimento económico sustentável foi o objectivo central reafirmado por Carlos César para a próxima legislatura, na sessão de entrega das propostas do Conselho Consultivo de Independentes para o programa de governo, que decorreu na aula magna, completamente lotada, da Universidade dos Açores, em Ponta Delgada.

Sublinhando que ao longo dos dois mandatos socialistas foram dados "passos muito significativos", em todos os domínios, Carlos César realçou o facto de a economia açoriana ter crescido mais do que a média nacional desde 1999 e mais do que a média europeia desde 1998. E adiantou, por outro lado, que "a gestão fiscal e orçamental, para além de continuar a ser executada por forma a garantir estabilidade financeira e um quadro macroeconómico dinâmico, estará mais activamente ao serviço da coesão social e territorial e da cooperação institucional". Outro dos pontos focados pelo líder do PS/Açores foi a relação a relação entre a Cooperação e o Desenvolvimento, sublinhando que os socialistas, ao contrário de outros, "não pensam, ingenuamente, que a criação de sociedades de desenvolvimento regional, num passo de mágica, se transformem em máquinas impressoras de notas de euros para a solução de todos os problemas. Elas são, caso a caso, como tem acontecido, formas conjunturais de ultrapassar dificuldades orçamentais ou de assegurar e ou promover iniciativas empresariais em conjugação ou em alternativa aos sistemas de incentivos". Saliendo que em matéria de Cooperação e Desenvolvimento os socialistas têm "obra feita", Carlos César referiu que "o melhor exemplo" que se pode encontrar de cooperação para o

desenvolvimento social é "a rede exemplar de parcerias público-privadas que o Governo PS montou na região, com acordos de financiamento e apoio técnico a perto de 180 instituições que colocam em funcionamento nas nossas ilhas mais de 440 valências de apoio social directo".

Em defesa da agricultura, das pescas e do turismo

Na sua intervenção, Carlos César abordou ainda a "complexidade" do momento que se vive nos sectores da agricultura e das pescas face às políticas comuns na União, influenciada pelos "condicionamentos respectivamente à produção e à captura, à comercialização ou à aquisição de matérias-primas". E sustentou que "a alteração desses enquadramentos" deve ditar uma orientação da política que "coloque no centro do nosso esforço o rendimento dos agricultores e dos pescadores". Mas, se a agricultura e a pesca continuam como "referências evolutivas do nosso modelo de desenvolvimento económico", sublinhou o líder do PS/Açores, já o turismo, adiantou, "pode ser considerado, graças à nossa acção, um segundo pilar da economia açoriana". Nesse campo, "tudo agora o que temos a fazer só é necessário porque fizemos o mais difícil, que foi libertar os Açores do



A melhoria da actividade económica traz mais empregos, mais apoio social e melhores serviços para os açorianos

isolamento e do seu desconhecimento em muitos mercados emissores e mobilizar os investidores privados para o aumento das capacidades de recepção", argumentou.

Pôr a economia ao serviço das pessoas

Carlos César referiu também que "o

aproveitamento dos recursos energéticos endógenos continuará a constituir prioridade", salientando que na produção de electricidade o objectivo é "passar de uma autonomia energética de 20 por cento este ano para cerca de 40 por cento no ano de 2008, privilegiando para isso o investimento público e privado na maximização dos recursos geotérmicos, hídricos e eólicos".

Por outro lado, disse, "se falamos tanto de economia é porque conhecemos bem as dificuldades gerais que resultam de um seu mau funcionamento e as disponibilidades que se geram com o seu bom andamento".

É que, explicou, entre outros benefícios, "com a melhoria da actividade económica, com novas empresas e empresas lucrativas, há mais emprego, há mais receitas públicas e mais meios para garantir o financiamento de serviços e direitos fundamentais em áreas tão nobres de apoio social como a saúde, a protecção civil, a habitação, a inserção e reinserção social dos grupos mais frágeis ou de risco".

Há também mais recursos, acrescentou, "para mantermos a chama viva dos Açores nas nossas Comunidades — a décima ilha, a nossa décima bandeira — e para ajudarmos os imigrantes que chegam à nossa região na sua integração plena". A terminar a sua intervenção, Carlos César reafirmou que o PS "é uma força responsável e plural de concretização, de estabilidade e de esperança para os Açores", acrescentando: "Não somos feirantes da ilusão".

J. C. C. B.

COMISSÃO DE ILHA DE S. MIGUEL JÁ PREPARA AS REGIONAIS

A Comissão de Ilha de S. Miguel do PS está já a preparar o programa e a lista de candidatos para as regionais, tendo na última reunião daquele órgão sido designada uma comissão, composta pelo secretário-coordenador de ilha e pelos secretários-coordenadores de secção, para "a redacção das especificidades do programa eleitoral no que respeita a medidas e investimentos para a próxima legislatura na ilha". Em relação à composição da lista, a sua elaboração corresponde, como vem sendo hábito, à renovação e abertura aos independentes. "Temos muitas pessoas, de dentro e de fora do PS, a trabalhar conosco, de diversas áreas, e é natural que todo esse capital humano possa ser aproveitado para as listas de deputados", afirmou o dirigente do PS/Açores, José San-Bento.

Por outro lado, a Comissão de Ilha considera que "os desempenhos ao mais alto nível dos camaradas José Contente, Duarte Ponte e Vasco Cordeiro aconselham a sua inclusão na lista em lugar relevante".

ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA DESDE OS QUATRO ANOS

O Conselho Consultivo de Independentes (CCI) do PS/Açores propôs a obrigatoriedade de frequência do pré-escolar a partir dos quatro anos, para que as crianças tenham a possibilidade de "desenvolver mais cedo" as suas capacidades intelectuais.

Em conferência de Imprensa, a coordenadora do grupo de trabalho de Educação do CCI, Graça Almeida, sustentou que "todas as crianças deverão frequentar a escola a partir dos quatro anos de forma gratuita", para que tenham a possibilidade de receber "estímulos que a maior parte das famílias não pode dar". "Normalmente as famílias com fracos recursos não acham fundamental que a criança ingresse na escola tão cedo, fazendo-o apenas na idade obrigatória,

aos seis anos", adiantou Graça Almeida, para quem "quanto mais cedo for feita essa socialização, mais depressa desenvolvem as capacidades intelectuais".

A coordenadora do grupo de trabalho de independentes, que vai agora apresentar as conclusões ao PS/Açores, explicou que para a concretização da medida "não será preciso gastar muito dinheiro", uma vez que o número de alunos nos Açores "tem vindo a diminuir" noutros graus de ensino. Os independentes defendem ainda a criação nas escolas das ilhas da figura do tutor, "um substituto" do encarregado de educação, com a responsabilidade de acompanhar todo o percurso do aluno, tentando impedir o seu abandono e insucesso escolar.

"Essa figura, já prevista desde 1999, vai

informar também os pais das vantagens do percurso escolar" dos seus filhos, uma situação para a qual muitas famílias ainda não estão muito bem alertadas, acrescentou Graça Almeida.

O grupo de trabalho defendeu também a criação de um "observatório de qualidade autónomo" que supervisione e oriente o trabalho desenvolvido nas escolas, "divulgando os resultados e valorizando o sucesso dos estabelecimentos de ensino".

O Conselho Consultivo de Independentes do PS/Açores é composto por cerca de cem pessoas ligadas a várias áreas de actividade que estão encarregues de apresentar uma proposta de Programa de Governo para as eleições regionais de Outubro.

Parcerias na saúde

Entretanto, na área da saúde, o Conselho Consultivo de Independentes do PS/Açores propôs o envolvimento das autarquias, de privados e de instituições de solidariedade social no planeamento e execução das políticas regionais de saúde.

Segundo um documento divulgado por Rui San-Bento, porta-voz do grupo de trabalho do órgão que o PS encarregou de preparar o respectivo programa de Governo para as eleições regionais de Outubro, a mobilização dessas entidades na prestação de cuidados nas ilhas funcionará como elemento de "sustentabilidade" do Serviço Regional de Saúde (SRS). Segundo o documento que apresentou,

para combater os elevados custos de um serviço de saúde com dívidas que "continuam a merecer medidas específicas" torna-se igualmente necessário o "controlo do desperdício e do supérfluo" e uma "racional utilização de meios".

A introdução do sistema de triagem nas urgências dos hospitais do arquipélago e o reforço da participação no sistema dos médicos de clínica geral e familiar são outras das medidas propostas pelo Conselho Consultivo.

No documento, este órgão sublinha também que "a República não pode ficar indiferente às carências" em matéria de saúde de uma região com encargos agravados devido à necessidade de assegurar acesso a cuidados em nove ilhas.

LÍDER DO PS/MADEIRA ACUSA

AMIGUISMO NA POLÍTICA DE AMBIENTE REGIONAL

O presidente do PS-Madeira acusou o Governo Regional de seguir uma "política do amiguismo" em termos de ambiente e de ceder a "grupos de pressão", em vez de governar em "função do bem comum".

Em declarações aos jornalistas, no final de uma reunião com as organizações ambientalistas Cosmos e Quercus, Jacinto Serrão afirmou que "o Governo Regional está condicionado por um conjunto de amigos e é esta política de amiguismo que não serve os interesses da população. Para o líder do PS/Madeira, o Executivo de João Jardim "não governa em função do bem comum, mas dos grupos de pressão" e em matéria de ambiente está apenas interessado "em fazer as obras o mais rapidamente possível para as poder inaugurar a tempo das eleições".

A reunião do líder do PS/Madeira realizou-se no âmbito da iniciativa "Presidências Abertas", com vista à elaboração do programa de governo a apresentar ao eleitorado nas eleições legislativas regionais de Outubro próximo.

No final do encontro, Jacinto Serrão acusou o Governo Regional e as autarquias de não respeitarem os Planos da Orla Costeira nem os Planos Directores Municipais, denunciando que várias obras em curso, como marinas e complexos balneários, estão a ser



realizadas "sem estudos de impacto ambiental, geológicos ou de custos de manutenção".

A título de exemplo, referiu a "suspensão de parte do Plano Director Municipal no vale do Ribeiro Seco" para a construção de habitação.

Para Jacinto Serrão, trata-se de obras de "engenharia pesada", que estão a "descharacterizar fortemente" a orla costeira madeirense. E alertou que a profusão da construção de marinas e complexos balneários e de lazer ao longo da costa da Madeira está "a travar o acesso livre ao mar dos madeirenses".

Péssimo negócio para a região

Entretanto, Jacinto Serrão também criticou o "péssimo negócio para a Madeira e os madeirenses" feito entre o Governo Regional e a Vialitoral, já que a região vai pagar, ao longo de 25 anos, quase o quádruplo do que recebeu

antecipadamente da referida empresa pela concessão e manutenção da estrada de ligação rodoviária da zona sul da ilha. Em declarações ao "Acção Socialista", o líder do PS/Madeira considera que se está perante "um comportamento irresponsável do Governo Regional, porque que vai hipotecar nos próximos 25 anos receitas das gerações vindouras". Trata-se ainda, explicou, de "um empréstimo camuflado para antecipar receitas", com o objectivo de contornar a norma do endividamento zero, imposta pelo Governo da República às regiões autónomas e autarquias, e assim concluir todas as obras, antes das regionais de 2004.

Jacinto Serrão referiu ainda que na introdução das SCUT na Madeira as construções das estradas foram pagas pelo orçamento regional, quando no modelo original as concessionárias suportam os custos da construção das auto-estradas, recebendo, como contrapartida, portagens virtuais, o que faz toda a diferença.

BERNARDO TRINDADE DENUNCIA

NOVOS INSTRUMENTOS DE DESORÇAMENTAÇÃO PENALIZAM GERAÇÕES FUTURAS

As empresas Valor Ambiente SA e Investimentos Habitacionais da Madeira, criadas recentemente, são "instrumentos de desorçamentação", acusou o líder da bancada socialista na Assembleia Legislativa Regional.

Bernardo Trindade considera que a criação daquelas duas novas empresas é o "culminar de uma legislatura que ficou fortemente marcada pela criação do Governo Regional de instrumentos de desorçamentação, fruto das limitações impostas pelo Governo da República PSD/CDS".

A Valor Ambiente assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, enquanto a

Investimentos Habitacionais da Madeira foi constituída sob a forma de entidade pública empresarial.

O Governo Regional cria, assim, duas novas empresas para a gestão de duas áreas que se desenvolvem no âmbito da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais.

Para o líder do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Madeira, "trata-se de sair da alçada do Orçamento Regional para poderem, assim, endividarem-se livremente com o guarda-chuva, ou seja, com o aval do Governo Regional".

E sublinhou que a criação desses "instrumentos de desorçamentação" vai

penalizar as gerações futuras".

"Se para todas as actividades nas quais o Governo intervém se criar empresas e se retirar-se a sua responsabilidade da alçada do Orçamento, vamos criar, aqui, um espaço que não se consegue sequer controlar", afirmou Bernardo Trindade, sublinhando que "as futuras gerações vão ser seguramente quem vai assumir a responsabilidade do pagamento daquilo que hoje se fizer".

Esta opção vem também, sustenta o parlamentar socialista, "condicionar os futuros Orçamentos Regionais uma vez que a assunção de encargos será do Governo Regional através dos impostos de todos".

O País relativo

OBVIAMENTE, DISSOLVA!

Para o provincianismo dominante na elite política, não há nada mais importante do que «uma carreira lá fora»



FILIPE NUNES

Nas vésperas das eleições europeias, vários antigos comissários preparavam-se para se candidatar pelos seus partidos ao Parlamento Europeu. O próprio senhor Prodi, presidente da Comissão, desejava ardentemente regressar à política doméstica. Um movimento deste tipo era impensável entre nós. Para o provincianismo dominante na elite política, não há nada mais importante do que «uma carreira lá fora», de preferência na burocracia de Bruxelas. Esta é a única

forma que a elite política tem de ser respeitada «cá dentro». Isto diz tudo sobre a maneira como olhamos para a Europa e sobre a saúde da relação entre eleitos e eleitores em Portugal.

Esta tendência nacional atingiu novos patamares com a mais que provável aceitação do cargo de presidente da Comissão Europeia por parte do dr. Durão Barroso. A meio do mandato, o dr. Durão rompe o compromisso com os eleitores, em nome do chamado «interesse nacional». Não terá sido por acaso que foi ele o primeiro-ministro escolhido. Uma decisão destas não passaria pela cabeça de mais nenhum primeiro-ministro europeu. Ao contrário do que pensa o senhor Guilherme Silva, não são as eleições antecipadas que são típicas do «terceiro mundo» (aliás, no terceiro mundo não abundam eleições livres e justas); típico do terceiro mundo é desrespeitar os eleitores e pensar que tudo se resolve no interior do PSD (agora transformado em partido único).

Mas estranhamente, esta leitura das coisas não se resume ao dr. Guilherme Silva. A maioria dos editorialistas vibrou com a escolha do «estadista» Barroso para a União Europeia. Para eles (e para alguns sms de esquerda), o único problema é Santana Lopes. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, «O PSD deve escolher não em função dos interesses partidários mas nacionais»; isto é, deve escolher alguém que agrade ao dr. Sampaio. Talvez uma eminência parda do regime sirva melhor «o interesse nacional». Ou talvez - porque não? - ele próprio, o inconfundível professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Como é evidente, já não há outra saída politicamente aceitável para esta situação que não passe pela antecipação de eleições. Sobre isto, o Ivan Nunes disse o essencial no blogue A Praia: «Quem, para discutir o significado político do que está a acontecer, me invoca o artigo da Constituição que diz que, nas eleições parlamentares, eleitos são os deputados e não o Governo, não merece, politicamente, o meu respeito.» O Ivan lembra que «o regime político em que vivemos hoje tem sido por vezes caracterizado como "semipresidencialista de primeiro-ministro"». Na verdade, o regime até tem sido definido mais exactamente como «presidencialismo de primeiro-ministro» (por exemplo, pelo professor Adriano Moreira), conceito para o qual a redução dos poderes presidenciais e os mandatos do dr. Sampaio muito contribuíram. Perante isto, tendo em conta o que são, de facto, as eleições legislativas, e em coerência com o que tem acontecido nas crises institucionais mais recentes (1987, 2002), o dr. Sampaio só pode dar uma resposta: «Obviamente, dissolvo».

UM NOVO PRESIDENTE NA UNIÃO

Não sendo este o momento adequado para analisar as circunstâncias e os responsáveis pela neutralização do candidato mais forte, António Vitorino, teremos de reconhecer o interesse nacional desta escolha. O reconhecimento desse interesse não pode, contudo, afastar-nos do essencial. Ora, o essencial é que a Europa perdeu uma oportunidade de ter um futuro líder com uma dimensão semelhante a Jacques Delors, optando por um perfil mais baixo, próximo da escolha de Jacques Santer. Se assim for a Europa terá ficado a perder no momento decisivo da sua história.

O Conselho Europeu aprovou, no passado dia 19, o projecto de um novo Constitucional para a União Europeia. Sendo certo que este longo trabalho se em Dezembro de 2001 em Lacken e prosseguiu na Convenção para o Futuro Europa que entretanto foi criada - o que dizer que se trata de um trabalho colectivo menos verdade que o resultado final dependeu essencialmente da vontade e determinação de dois grandes políticos. Em 1º lugar Valéry Giscard d'Estaing, o ex-Presidente da República francesa e ex-deputado europeu, que conseguiu,

às vezes através de processos menos convencionais que lhe permitiram o permanente controlo da agenda política, conduzir a Convenção (a que presidiu) a um resultado francamente satisfatório. Fê-lo, de resto, respeitando mas ultrapassando, as naturais divergências dos representantes de interesses distintos (quer institucionais, quer nacionais) e o que é mais importante de uma forma aberta e próxima dos cidadãos, pois a todos foi dada a oportunidade de exprimirem as suas opiniões e as posições divergentes.

Carece, pois, de total fundamento a acusação que, por vezes, é feita ao trabalho da Convenção, no sentido de que o projecto de Tratado resultou exclusivamente da vontade de uma minoria de políticos, debruçados sobre as suas próprias prioridades e opções e completamente desfasados do interesse da Europa real onde se inserem. Em 2º lugar, Bertie Ahern, o presidente em exercício do Conselho Europeu e primeiro-ministro da Irlanda, que transformou um desastre absoluto, herdado da presidência anterior (a italiana de Berlusconi), numa proposta relativamente consensual e inovadora para a Europa, como se exigia e, apesar de tudo, se esperava.

O compromisso obtido entre a linha mais conservadora e a linha mais progressista, em matéria de política económica e social e a fusão das concepções mais federalista e mais soberanista, em matéria de política institucional, constituem um verdadeiro milagre, mas, sobretudo, correspondem ao estado das opiniões públicas europeias e ao genuíno interesse actual da Europa.

Ir mais longe ou ficar aquém seria seguramente imprudente e, sobretudo, arriscava-se a lançar a Construção Europeia numa teia de contradições e eventualmente num beco sem saída.

Já depois da aprovação da Constituição, Bertie Ahern conseguiu a proeza de pôr os 25 chefes de Governo de acordo quanto à escolha do futuro presidente da Comissão. Essa escolha recaiu, contra todas as expectativas, no primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso.

Não sendo este o momento adequado para analisar as circunstâncias e os responsáveis pela neutralização do candidato mais forte, António Vitorino, teremos de reconhecer o interesse nacional desta escolha. O reconhecimento desse interesse não pode, contudo, afastar-nos do essencial. Ora, o essencial é que a Europa perdeu uma oportunidade de ter um futuro líder com uma dimensão semelhante a Jacques Delors, optando por um perfil mais baixo, próximo da escolha de Jacques Santer. Se assim for a Europa terá ficado a perder no momento decisivo da sua história.

Para lá das consequências externas a nomeação de Durão Barroso tem óbvias e marcantes consequências internas.

Desde logo a sua substituição à frente do Governo e a redefinição da estratégia política para o país nos próximos anos.

Nas circunstâncias actuais com o país a atravessar uma grave crise económica e social não tem sentido qualquer sucessão dinástica que agravaria a crise política que a "fuga" de Durão Barroso já provocou no país.

Torna-se, pois imprescindível, para bem da estabilidade política e reforço da sociedade democrática em que vivemos, recorrer a novas eleições legislativas.

Este é, aliás, o momento adequado para o fazer, pois em nada prejudicará a retoma económica e social que se espera para os próximos anos.

O PS enquanto alternativa de poder não pode deixar de defender e de lutar por eleições legislativas antecipadas.



MANUEL DOS SANTOS

Semanário

ANTÓNIO COSTA ELEITO PRESIDENTE DA DELEGAÇÃO PORTUGUESA NO PE

António Costa foi eleito por unanimidade presidente da Delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu. Participaram na escolha os deputados recém eleitos em 13 de Junho, durante uma reunião para discutir aspectos relacionados com a organização da delegação e a sua inserção na orgânica do Parlamento Europeu.

O ex-presidente do Grupo Parlamentar do PS sucede assim na presidência da delegação portuguesa a Carlos Lage, que por sua vez assumiu estas funções depois do regresso a Portugal de António José Seguro, em 2001, para integrar o Governo de António Guterres.

A delegação portuguesa ficará integrada no Grupo Socialista do Parlamento Europeu que, com os seus 201 deputados, é a segunda maior família política, logo a seguir ao Partido Popular Europeu, que tem 276 eleitos, num universo de 732.

Cada deputado ficará, de uma maneira geral, como membro efectivo de uma comissão parlamentar especializada (existem 17) e



suplente noutra, e fará parte de uma delegação encarregue de relações com outros países ou regiões do globo. A passagem do testemunho dos antigos

para os actuais eurodeputados far-se-á na sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorrerá em Estrasburgo, em 19 e 20 de Julho.

PS GANHA EUROPEIAS TAMBÉM NA EMIGRAÇÃO

O PS ganhou também com uma vantagem significativa as eleições para o Parlamento Europeu no círculo da emigração, obtendo 46 por cento dos votos expressos, contra 34,7 por cento para a coligação de direita, o que traduz uma vantagem de 11,3 para a lista do Partido Socialista.

Dos 13.193 votos contados pelo círculo da Europa, o PS recebeu 6068, contra 4575 da coligação de direita, 548 para a



CDU e 247 para o BE.

A taxa de abstenção verificada no círculo da emigração cifrou-se em 80 por cento dos 63.481 inscritos nos consulados.

Os votos apurados, no entanto, já não tiveram qualquer influência na distribuição dos deputados, porquanto através do método de Hondt já havia sido feita a distribuição dos 24 lugares no Parlamento Europeu a que Portugal tem direito.

INTERNACIONAL SOCIALISTA

ANA GOMES NO COMITÉ DOS DIREITOS HUMANOS

A responsável pelas Relações Internacionais do PS, Ana Gomes, foi indigida vice-presidente do Comité para a paz, Democracia e Direitos Humanos da Internacional Socialista. A indigitação formal foi feita na primeira reunião daquele Comité, que decorreu em Istambul, Turquia, nos passados dias 24 e 25 de Junho.

Este encontro de dirigentes da Internacional Socialista incidiu sobre as estratégias a



adoptar para fortalecer a paz e a democracia no mundo, tendo sido destacadas áreas específicas onde a preocupação é maior e as acções prioritárias.

A situação no Iraque e no Médio Oriente, a luta contra o terrorismo, o papel das instituições internacionais na promoção da paz, democracia e direitos humanos no mundo e os temas abordados na Cimeira da NATO, foram os principais tópicos abordados na reunião.

FERRO ENVIA CONDOLÊNCIAS PELA MORTE DE BRIZOLA

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, enviou uma mensagem de condolências pela morte do dirigente histórico socialista e líder do Partido Democrático Trabalhista do Brasil, Leonel Brizola.

Na mensagem que dirigiu ao vice-presidente nacional do PDT e líder do partido na Câmara dos Deputados,

José Neiva Moreira, Ferro Rodrigues considera que Leonel Brizola foi "um incansável lutador pelos valores da solidariedade e da liberdade".

O secretário-geral do PS refere ainda que o antigo governador do Estado do Rio de Janeiro e candidato à Presidência da República "desempenhou um insubstituível papel na implementação do movi-

mento socialista no Brasil".

"Peço-lhe que transmita à família de Leonel Brizola, ao Partido Democrático Trabalhista e a todos os socialistas no Brasil as mais sentidas condolências", escreve Ferro Rodrigues na mensagem.

Leonel Brizola faleceu com 82 anos, de paragem cardíaca.

CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

REFERENDO EM JANEIRO DE 2005

O Partido Socialista defende a realização de um referendo em Portugal sobre o projecto de Tratado Constitucional em Janeiro de 2005. Esta foi a posição assumida pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa conferência de Imprensa no Largo do Rato e que é, de resto, o corolário lógico de outras já assumidas pelo PS a propósito do novo Tratado Constitucional, aprovado no passado Conselho Europeu de Bruxelas de 18 de Junho.

Para Ferro Rodrigues, as soluções acordadas pelos líderes europeus "reflectem o natural compromisso entre todos os governos, mantendo como base o projecto que emergiu da Convenção Europeia". Na sua opinião, este Tratado Constitucional "permitirá clarificar e reforçar a legitimidade do projecto de construção europeia em que Portugal está empenhado desde 1977". O PS admitiu em Junho de 2003 a possibilidade do projecto de Constituição vir a ser submetido a consulta aos portugueses através de referendo de âmbito nacional ou europeu, pelas implicações institucionais que comportasse. "A leitura que o PS hoje faz do alcance do texto aprovado o último Conselho Europeu confirma esse entendimento", declarou Ferro Rodrigues. Reafirmando a tradição europeísta do PS e a sua participação activa no processo de construção europeia, Ferro Rodrigues considera que a Constituição Europeia irá permitir prosseguir a construção e o aprofundamento da integração europeia numa União alargada a 25 ou mais Estados-membros.

"Haverá assim condições para continuar a trabalhar pelo reforço da Europa social e pela afirmação política da Europa no mundo, ao mesmo tempo que se sedimenta a cidadania europeia e se mantém o respeito pela diversidade de todos os povos e



O PS vai mobilizar-se para o referendo mas não quer qualquer confusão com outros actos eleitorais

Estado europeus", afirmou.

No respeito pela Constituição da República, a realização do referendo não poderá recair dentro de datas para a convocação e realização de eleições gerais para os órgãos de soberania, de governo próprio das regiões autónomas e do poder local, bem como de deputados ao Parlamento Europeu. Neste contexto, Ferro Rodrigues afirmou que "não deve haver qualquer confusão com o referendo e outros actos eleitorais", pelo que, "quanto maior for a distância em relação às eleições autárquicas de 2005 melhor", afirmou.

Ferro Rodrigues disse ainda que o PS irá empenhar-se totalmente na mobilização dos eleitores portugueses para este importante exercício da cidadania nacional e europeia e manifestou inteira disponi-

bilidade "para trabalhar com todas as forças políticas com vista a alcançar-se acordo sobre a formulação da/das perguntas a submeter a referendo que respeite os termos da Constituição".

O secretário-geral do PS fez também questão de chamar a atenção para o facto de, como consta do ponto 11 do art. 115º da Constituição, "o referendo só ter efeito vinculativo quando o número de votantes for superior a metade dos eleitores inscritos no recenseamento".

"O PS sublinha que, no estrito respeito por este preceito constitucional, caso o referendo não produza efeito vinculativo, a Assembleia da República deverá exercer as suas competências institucionais e constitucionais, decidindo da ratificação da Constituição Europeia". **PP**

ANA GOMES

CONSENSO SOBRE CONSTITUIÇÃO EUROPEIA É UM BOM PASSO PARA A UNIÃO

O consenso alcançado em Bruxelas pelos 25 Estados-membros sobre o tratado constitucional constitui um excelente passo para a União Europeia fazer face aos novos desafios que tem pela frente, designadamente no plano institucional, considerou a eleita ao Parlamento Europeu Ana Gomes.

O acordo foi alcançado no final de dois dias de negociações longas e difíceis e põe fim ao impasse que existia desde a recusa do Tratado por parte da Espanha e da Polónia, manifestada no anterior Conselho Europeu presidido pela Itália.

O sistema de votos nos Conselhos de Ministros e a composição da Comissão Europeia eram as questões que levantavam maiores dificuldades. Quanto ao sistema de votos, ficou acordado que uma maioria qualificada deve ser obtida com pelo menos 55 por cento dos membros do Conselho, compreendendo um mínimo de 65 por cento da população da União. Relativamente à Comissão acordou-se que a primeira a ser nomeada depois da entrada

em vigor da Constituição deve integrar um representante de cada Estado-membro. Só na composição da Comissão seguinte se verificará a redução para o correspondente a dois terços dos Estados-membros, o que equivale a 18 membros a partir de 2014, que entrarão num sistema de rotatividade estritamente igualitária entre Estados-membros.

Segundo Ana Gomes, "o PS regozija-se com o consenso alcançado em torno do tratado constitucional", na medida em que ele permitirá à União Europeia adaptar-se institucionalmente às suas novas exigências de funcionamento com 25 Estados-membros, bem como à respectiva clarificação das competências das suas instituições, designadamente do Conselho de Ministros, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.

A União Europeia passará a ter um "presidente do Conselho Europeu", que desempenhará as suas funções em mandatos de dois anos e meio, renováveis apenas uma vez. Ficam, assim, substituídas

as presidências semestrais rotativas da União Europeia.

Passará também a haver um ministro Europeu dos Negócios Estrangeiros.

O Tratado Constitucional agora aprovada constitui uma fusão e substituição de todos os tratados anteriores. Os actos da União serão divididos em actos legislativos e não legislativos. No primeiro caso estão as leis, directamente aplicáveis em todos os Estados-membros, e as leis-quadro, que precisam ser transpostas para o direito nacional. Os actos não legislativos são os regulamentos, decisões, recomendações e pareceres. "Dotada dos necessários mecanismos institucionais, a União Europeia deve agora começar a tratar com profundidade as suas políticas próprias", disse Ana Gomes.

O texto aprovado em Bruxelas no passado dia 18 sofreu algumas alterações em relação à versão saída da Convenção Europeia e terá de ser ratificado pelos 25 Estados-membros nos próximos dois anos.

SAMPAIO ADMITE DAR A CARA PELO SIM

O Presidente da República, Jorge Sampaio, admitiu sair à rua para manifestar a sua posição favorável à aprovação de uma Constituição europeia quando se realizar o referendo.

Em sintonia com todos os partidos, o Presidente da República mostrou-se favorável à realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional, mas chamou a atenção para a necessidade de garantir "um amplo debate nacional" antes da sua realização, de forma a que haja uma elevada participação.

"Faço tenção de participar dentro daquilo que são as prerrogativas, a capacidade e o dever de isenção do Presidente da República. Julgo que nessa altura estão em causa questões para o futuro de Portugal e acho que isso tem a ver com o Presidente da República", afirmou Sampaio.

Com efeito, esta será a terceira vez que se realiza um referendo em Portugal. Nos dois referendos anteriores, sobre a regionalização e sobre a despenalização do aborto, a participação ficou muito aquém dos necessários 50 por cento dos inscritos no recenseamento eleitoral para que pudessem ser vinculativos.

O facto das recentes eleições para o Parlamento Europeu de 13 de Junho terem tido uma participação de apenas 39 por cento dos eleitores não deixa de causar alguma apreensão, dado este Tratado ser uma peça fundamental para o cimento político da União Europeia e para o seu bom funcionamento com 25 Estados-membros.

Jorge Sampaio alertou ainda para a necessidade da ou das perguntas que forem colocadas aos portugueses terem de ser constitucionais.

Segundo afirmou, "a opção europeia em Portugal é uma opção decisiva".

ANTÓNIO VITORINO DEFENDE PERGUNTA CLARA NA CONSULTA POPULAR

"Espero que o referendo seja feito com uma pergunta clara", disse o comissário europeu António Vitorino a propósito da consulta popular que se realizará em Portugal sobre a Constituição europeia.

Para António Vitorino é muito importante que a pergunta seja clara, para evitar o que aconteceu em 1998, quando o Tribunal Constitucional recusou a que fora feita para referendar o Tratado de Amesterdão.

O comissário defendeu que a consulta seja precedida por um amplo debate, que incida sobre aquilo que está de facto na Constituição e não "sobre fantasmas que alguns vêem nela".

Vitorino considera que a substituição dos Tratados pelo actual texto constitucional simplifica o processo de decisão e garante uma maior clareza quanto ao âmbito de actuação da União Europeia. Neste sentido, considera que o acordo que houve para aprovação do Tratado Constitucional permitirá enfrentar o processo de ratificação com optimismo.

Depois da aprovação do Tratado Constitucional, no passado dia 18, o texto será traduzido para todas as línguas da União e ainda antes do final deste ano será assinada pelos Estados-membros. Terá início depois um período de dois anos para que a Constituição possa ser ratificada por todos os Estados-membros antes de entrar em vigor.



CORREIA DE CAMPOS AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"A COLIGAÇÃO JUNTOU VÁRIOS

As finanças e a economia são áreas onde se verifica o "mais fraco desempenho" do actual Governo, garante Correia de Campos em entrevista ao "Acção Socialista". Para o ex-ministro da Saúde do último Governo de António Guterres, houve uma "maquilhagem completa" em relação aos resultados dos hospitais SA destinada a "enganar o povo" e o que se passou com as listas de espera "é outro fenómeno de propaganda". "Um enorme voto de censura ao Governo" é a interpretação que Correia de Campos faz do resultado das europeias, entendendo também que, face ao actual momento político, a dissolução do Parlamento é a "solução mais correcta" para ultrapassar a crise aberta com a saída de Durão Barroso para Bruxelas.



Face à situação criada com a saída do Dr. Durão Barroso para Presidente da Comissão da União Europeia, deve o eleitorado ser chamado às urnas?

Em circunstâncias normais, tal não seria necessário. Isto é, se o número dois do PSD fosse o número dois do Governo, tivesse sido eleito para a AR e representasse uma liderança consensual. Aconteceu em 1980 com a substituição por morte de Sá Carneiro por Pinto Balsemão. Nada disto acontece agora. O nome que os meios comunicacionais próximos do PSD apontam para suceder a Durão Barroso, Santana Lopes, não faz parte do Governo, não foi sufragado como candidato à AR, mas sim como candidato a presidente da Câmara de Lisboa, e não parece ser capaz de garantir liderança consensual do PSD e de um futuro Governo. A actual número dois do Governo, Manuela Ferreira Leite declarou que uma passagem administrativa do testemunho primoministerial seria uma autêntico "Golpe de Estado interno". O vice-presidente do PSD, Santana Lopes, não foi eleito como "primeiro vice-presidente" com direito de sucessão natural. Outros distintos membros do PSD, como Marcelo Rebelo de Sousa e Miguel Cadilhe não disfarçaram a sua inquietação perante a solução dinástica apresentada. Tudo leva a crer que tal solução traria mais instabilidade a prazo, do que aquela que a não realização de eleições antecipadas poderia garantir. A dissolução será a mais correcta, no plano dos princípios, para os socialistas. Certamente o argumento formal da leitura da Constituição "tendo em conta os resultados eleitorais" deve atender que se está a meio do mandato e com resultados completamente opostos em eleições europeias. Para o Presidente da República, a quem cabe a decisão final, o problema pode não ser tão simples.

Qual a interpretação que faz dos resultados eleitorais de 13 de Junho?

Em primeiro lugar, os resultados foram um enorme voto de censura ao Governo, uma reprovação nacional das políticas implementadas pelo Executivo em funções, a meio do seu mandato.

Acha, portanto, que o voto popular correspondeu ao tal cartão amarelo pedido pelos socialistas?

Eu acho que ultrapassou. Creio que ninguém esperava 11 pontos de diferença. Esperava-se uma diferença entre três e cinco pontos. Passar-se os cinco pontos seria uma grande vitória e não se passaram apenas os cinco, chegou-se mesmo aos 11. A desorientação dos partidos da coligação na noite das eleições, ensaiando a culpabilização da abstenção, é uma tentativa quase ridícula de encenar o impossível.

Do seu ponto de vista, a que é que se deve esta banhada da coligação?

Em primeiro lugar, acho que a coligação governou de uma forma impopular, mas governar desse modo não significa que seja governar mal. Poderia ter governado de forma impopular mas ter feito as coisas bem. Mas a coligação juntou vários desastres. Primeiro, tentou fazer ou anunciou que faria algumas reformas difíceis. Reformas necessárias, como a da Administração Pública, da Saúde, das Segurancas Social, do Ordenamento do Território. Em alguns casos actuou bem, devo reconhecer. Na reforma da televisão pública, por exemplo. Também foi positivo corrigir alguns erros da nossa governação, como a isenção de portagens na CREL, erro desnecessário, em minha opinião. E estou a dar estes exemplos porque temos que ser muito objectivos e saber o que se fez mal. Mas são poucas as matérias em que a coligação governou bem.

Na sua perspectiva, quais foram os sectores onde se tem verificado o

mais fraco desempenho do Executivo?

O mais fraco desempenho da coligação é na economia e nas finanças.

No área das finanças, o Governo, por razões de política interna, resolveu adoptar uma postura fundamentalista, ampliando desmesadamente o défice do ano 2001, de uma forma artificial, causticando o Partido Socialista que tinha estado seis anos na governação. Tal teve sucesso, numa primeira fase, desorientando a opinião pública e até o próprio PS, que mostrou dificuldades em responder a essa agressão. Mas logo se percebeu que o Governo, ao agir dessa forma, tinha assinado a sua sentença de morte. Ao ser mais fundamentalista do que os fundamentalistas do financiamento politicamente correcto de Bruxelas, o Governo perdeu margem de manobra para negociar.

Não estamos numa fase em que, para realizar o ajustamento estrutural da economia seja necessário baixar o défice orçamental de 12 pontos para cinco. Isso já foi feito em boa parte durante os governos do PS. Portanto, não se trata de nenhum défice orçamental que prejudique a estabilidade ou o crescimento. Se, por razões de crise económica, o défice subisse de dois para três, quatro, ou cinco pontos, que mal havia nisso? Necessário seria negociar com Bruxelas e o Tratado foi celebrado tendo em conta a possibilidade de haver negociações. Existiam instrumentos negociais na política com Bruxelas para se poder negociar a isenção da contagem para o défice de todos, ou alguns dos investimentos reprodutivos.

O Governo não o quis fazer por preferir diabolizar a administração anterior. Assumiu uma posição de "orgulhosamente só" no sacrifício e colocou a nossa cabeça no cepo; foi o pior que poderíamos ter feito na área das finanças públicas.

Na área da economia, simplesmente nada se viu. É evidente que a nível internacional

O mais dramático é constatar que não se fez nada de importante pela economia

existe recessão e a nossa economia é puxada pelo que acontece lá fora, mas não se vê trabalho feito. Até nas exportações, que eram anunciadas pelo Governo como a grande saída, houve realmente uma melhoria da balança comercial porque deixamos de importar por falta de procura e com a capacidade de exportação em alta, melhorámos a balança. Por outro lado, os exportadores, porque sabiam estar em crise internacional, ofereceram preços baixos, aguentado a exportação e a sua importância relativa, certamente com sacrifícios transitórios.

Mas, segundo os últimos dados, voltaram a aumentar as importações.

É uma fatalidade que as importações aumentem quando a economia se desenvolve. Se o desenvolvimento for estimulado pelo consumo, as importações têm necessariamente que aumentar. Mas provoca um novo desequilíbrio na balança de transacções.

O mais dramático é constatar que não se fez nada de importante pela economia. Avançaram-se algumas ideias de investimento estrangeiro que ainda se não concretizaram. Houve uma mudança

radical da estrutura interna do Ministério da Economia, mas ninguém se entende. Não me parece que esteja a funcionar melhor, não vejo nenhum indicador. Pelo contrário. Os agentes económicos andam de candeias às avessas com o ministro e vão continuar assim.

A saúde é a sua área de referência. Como é que tem seguido a implementação das ditas reformas do sector? Temos hoje, volvidos dois anos e meio, melhor saúde em Portugal?

Até é possível que haja, porque nós tínhamos uma tendência de melhoria e os indicadores de saúde não quebram rapidamente com a eclosão de um ou outro erro organizativo. Os reflexos dessa questão são mais tardios, mas é provável que venham a fazer-se sentir daqui a um ano ou dois.

Em relação ao ministro da Saúde e à política de saúde, devo dizer que no primeiro ano da gestão do Governo, quando teve a coragem de adoptar importantes iniciativas legislativas e de reforma, embora algumas já discutíveis pelo "quantitativismo", mereceu respeito e reconhecimento por alguma qualidade.

No entanto, os cuidados primários da saúde dos portugueses não se avaliam pelo número de consultas. Esse dado é um mero indicador de processo. A medida da situação da saúde é dada pelo entrosamento entre cidadãos e Centros de Saúde, pelos resultados práticos.

Mas o Governo só se preocupou em pôr os Centros de Saúde a prestarem mais consultas e os médicos a faltarem menos. Tudo isto é louvável, mas só por si não chega. Porque mais consultas de pior qualidade é pior do que ter poucas de boa qualidade. Portanto, a aproximação exclusivamente quantitativa é também errada.

Mais tarde, comecei a observar, com a

S DESASTRES"

propaganda que se fazia, erros gravíssimos. Os hospitais SA postos à prova por um ano apenas, tinham resultados milagrosos, o preto passava a branco. Maquiagem completa, massagem dos dados, inventaram-se indicadores novos, coisas ridículas, mas que foram feitas "para enganar o povo". Não conseguem enganar, devido ao coro de protestos que de todas as partes se ergueu contra o processo de empresarialização dos hospitais.

A empresarialização dos hospitais, como foi feita, foi uma boa ou uma má solução?

Pode ser que ainda se venha a compor. Não quero ser pessimista, nem dizer que a solução em si é má. A forma como está a ser executada e sobretudo a propaganda que lhe está associada, fazendo enaltecer méritos que a experiência não tem, é que me parece ridícula. Estão a tentar atirar poeira aos olhos dos portugueses. Não é necessário e torna-se prejudicial. O objectivo é bom, é positivo. Os hospitais têm que funcionar mais como empresas do que como serviços públicos, têm que estar mais libertos da legislação do sector público, que é muito entravadora, têm que ter flexibilidade nas relações de trabalho com os seus colaboradores, têm que ser mais responsáveis perante a comunidade. Mas não. O actual modelo de hospitais SA não é esse. É preciso perceber que SA quer dizer sociedade anónima, isto é, uma empresa autónoma e o que está a ser feito é o contrário, porque os hospitais são ferreamente controlados por uma entidade dependente directamente do gabinete do ministro e que não os deixa fazer nada, que os controla política, financeira, organizativa e tecnicamente.

O actual Governo julga que podem fazer dos hospitais uma empresa de mercado, distribuidora de bens de consumo, em que subitamente se centraliza ou descentraliza, mas não é assim. O Estado é diferente das

empresas. É muito útil trazer para o Estado métodos das empresas privadas e é também muito útil trazer algumas pessoas de fora. Mas é inútil copiar acriticamente.

Como encara a criação no sistema de saúde de mais 1500 lugares de chefia?

Já existiam alguns lugares de chefia, mas que tinham os vencimentos modestos correspondentes a cada carreira. O que passou a acontecer nos Centros de Saúde é que o lugar de presidente do Conselho de Administração é agora o mais importante de todo o município, muito mais importante do que o presidente da câmara, recebendo à volta de três vezes o ordenado deste, ou do governador civil. Trata-se de uma desproporção ridícula, ainda por cima recorrendo a jovens gestores sem experiência, apenas afillhados. Pelo que isto não pode correr bem.

Está o país condenado a ter listas de espera, quando é certo que os portugueses esperam hoje mais do que há dois anos para terem acesso aos cuidados de saúde?

O que se passou com as listas de espera é outro fenómeno de propaganda. É necessário reconhecer que o Governo fez um esforço para melhorar a situação e as listas de espera têm dificuldades de registo que são sérias. Se o Executivo tivesse contabilizado os doentes em lista de espera — número que não era segredo: haviam 93 mil em lista de espera quando nós saímos — poderia ter classificado esses doentes em função do tempo de espera e da sua gravidade, começando por preocupar-se com aqueles que estavam há mais tempo e em pior situação. Mas a primeira coisa que o Governo fez foi falsificar a realidade, assegurando que não eram os tais 93 mil mas 142 mil. E chegaram a essa cifra aumentando artificialmente o número das patologias. Tudo para tentar jogar lama ao

Governo anterior.

A segunda questão reside em que, em vez de organizar os pacientes em tempos de espera e patologias, a tutela meteu tudo no mesmo saco e depois fez a promessa de que acabava com as listas de espera em 2004. Claro que não acabaram nem acabarão este ano. Porque as listas de espera têm sempre tendência para crescer e não é mal nenhum que cresçam, desde que o façam naquelas doenças que não sejam graves e penalizantes da qualidade de vida das pessoas. É preciso ter atenção às prioridades. O Governo diz que fez um pouco mais de 30 mil cirurgias em 2003. Eu acho normal e possível. Nós fizemos, em 2001, 23.700. Ultrapassar as 34 mil, nesse ano, seria perfeitamente natural. Só que os números a comparar podem não ser estes, mas os que realmente representam operações fora do regular funcionamento dos blocos operatórios.

Em relação à política do medicamento, o sistema de referência introduzido pelo actual Governo não é de modo a fazer com que sejam as famílias a suportarem grande parte dos custos?

Esse é um aspecto negativo que os preços de referência têm, entre outros, mas também há alguns aspectos positivos.

O actual Governo julga que pode fazer dos hospitais uma empresa de mercado

Pelo lado positivo, os preços de referência fizeram baixar o preço de medicamentos concorrenciais e, embora as famílias tenham que pagar um pouco mais por aqueles cujo preço não baixa, a verdade é que podem também gastar menos se consumirem aqueles onde houve descida dos preços. Isso é aparentemente positivo e já vou explicar porque é só aparentemente. Outro aspecto positivo da actuação do Governo foi ter continuado a política de medicamentos genéricos que o PS tinha iniciado.

Quanto aos outros aspectos, tudo isto seria aparentemente uma política de sucesso se verificássemos que os gastos totais em medicamento tinham sido reduzidos. Ora bem, é possível que o gasto total em medicamentos durante o primeiro ano de impacto dos preços de referência tenha sido o que se esperava, com desaceleração do crescimento dos gastos, sem contudo chegar a redução. Todavia, temos que olhar para a contraparte que é a indústria farmacêutica. Esta tentou chegar a um diálogo. Connosco chegou a um acordo para plafonamento de gastos públicos com medicamentos. Mas o que este Governo fez foi romper as negociações com a indústria. Bateu com a porta, impondo os preços de referência sem abertura para o diálogo. A indústria, naturalmente, retaliou. Promoveu muitos medicamentos novos, aumentando o esforço comercial, recrutaram novos delegados de informação médica, acelerando o marketing. O resultado está já à vista: há um crescimento, de meses homólogos, na ordem dos dois dígitos, 11, 12 e 13 por cento. Por outras palavras, o esforço de contenção que se tinha alcançado vai durar um ano e meio, no máximo. Vamos ficar pior do que estávamos e muito pior do que teríamos estado se se tivesse seguido a política do acordo com a indústria que nós tínhamos encetado.

Não haverá aqui outro paradoxo que

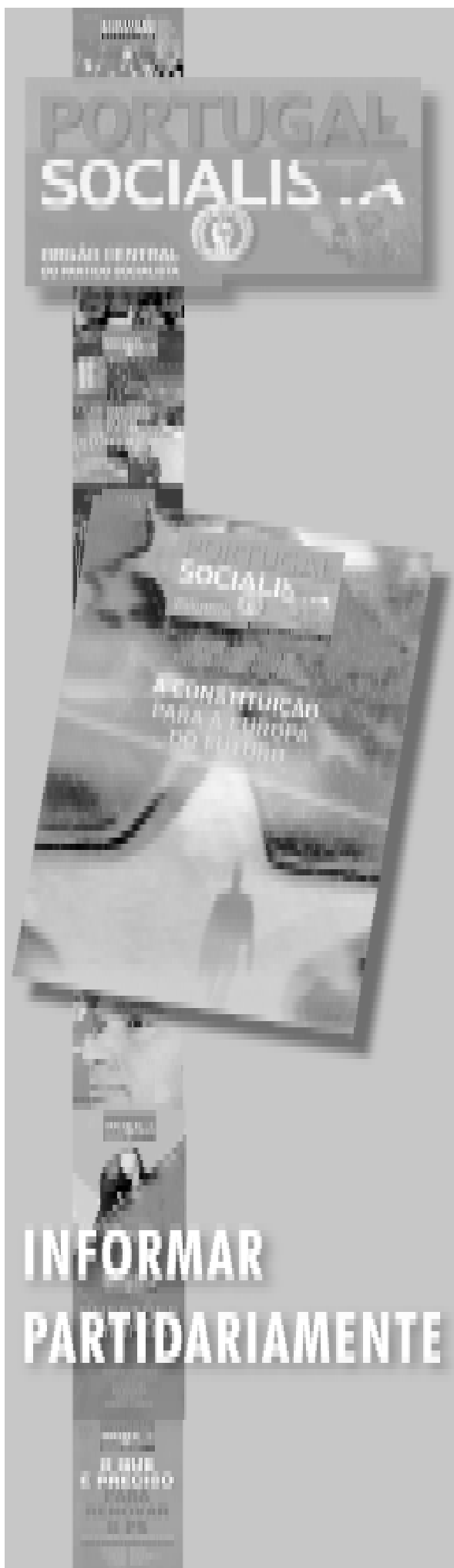
tem a ver com o facto de, simultaneamente, existirem dois discursos: o de que as indústria farmacêutica deve ser um sector estratégico nacional da economia, mas ao mesmo tempo aumenta-se a dívida do Estado para com a indústria e portanto não se pode desenvolver porque lhe faltam os recursos.

Relativamente a esse assunto, é preciso distinguir dois aspectos. Em primeiro lugar, a grande dívida pública não é perante a indústria nacional, mas para com as grandes indústrias multinacionais e portanto os tais 750-800 milhões de euros que os hospitais devem à indústria farmacêutica têm como credores os grandes laboratórios internacionais. Uma boa parte desse dinheiro deriva da aquisição de medicamentos inovadores, para combater a sida, o cancro, e as doenças do sangue. Diga-se de passagem, a indústria multinacional tem todo o direito de existir, aliás, uma boa parte dela é europeia e não a podemos vilipendiar, sob pena de sermos prejudicados com a penetração das indústrias americana e japonesa. É que não podemos ser europeus apenas para receber dinheiro para auto-estradas e estádios de futebol, e não termos capacidade solidária em relação à inovação farmacêutica na Europa.

No que diz respeito ao problema da indústria nacional, nós, no Governo tivemos uma política de alguma tolerância, não de protecção e de incentivo àquela que tivesse mais investimento na investigação científica. Não interessa proteger uma indústria que se limite a medicamentos-cópias.

Por isso, é preciso olhar cuidadosamente, caso a caso, para cada uma das empresas de produção de medicamentos. Aplicar os genéricos também caso a caso, para não ter rupturas brutas e mandar para a falência algumas empresas só com uma medida cega. Era preciso talhar o fato à medida de





□ cada caso. Esta tutela tratou a indústria toda por igual, coisa que ela não é, porque a nacional é diferente da estrangeira, preferindo a estratégia de ruptura à de consenso.

Como é que se posiciona face à Entidade Reguladora da Saúde, dado o seu escasso poder de intervenção e a sua excessiva dependência do Governo?

A entidade tem algum poder de intervenção, junto da opinião pública, junto do Parlamento. Ora, a partir do momento em que o Estado deixou de ser o prestador exclusivo do sistema de cuidados de saúde e ao concessionar ao sector privado uma parte dos serviços públicos, era fatal que teríamos de adoptar uma outra forma de regulação, independente das direcções-gerais e das administrações regionais de saúde. As unidades orgânicas tradicionais têm limitações estatutárias, outros hábitos e outra cultura, um passado histórico. É difícil atribuir-lhes uma nova missão, mais exigente. Portanto, não foi errado ter criado uma nova entidade reguladora independente. Trata-se, porém, da única entidade reguladora independente da saúde em todos os países que fizeram um percurso de progressiva delegação de funções da administração central noutras instituições, nomeadamente no mercado. O facto de ser única devia levar-nos a pensar com algum cuidado a sua criação, acarinhá-la e isso não sei se foi feito. Nomeou-se uma pessoa com boas credenciais académicas, respeitada, embora jovem, mas não sei se tem a "quilha suficientemente larga" para poder suportar as vagas. Elas vão ser muitas e, desde logo, há uma questão de localização da Entidade. Descentralizar é bonito e simbolicamente interessante, mas é necessário não perder de vista diferenças e complexidades. Não sei se o simbolismo da deslocalização será suficiente para combater os inconvenientes da distância. Mas isso é um *fait-divers*. O que é importante é que a entidade funcione. Se esta começar a recrutar demasiada gente é um mau sinal. Se se limitar a um número razoável de funcionários, no máximo 25, então poderemos vir a ter uma boa unidade. A Entidade não é para fazer o que a outros incumbem, ela deve dispor de recursos para adquirir e encomendar serviços e explorar a colaboração com as universidades e outras instituições que acumulam conhecimento. Mas há outros problemas mais graves, que têm a ver com riscos iminentes de inconstitucionalidade na gestão da Saúde, nos quais a Entidade tem que actuar.

Quais são esses problemas?

Trata-se da ideia peregrina de criar uma *holding* para os hospitais SA. Se tal se fizer, ocorrerá simplesmente uma violação da Lei Fundamental, porque a Constituição diz que o Serviço Nacional de Saúde tem gestão descentralizada e participada. Se alguns, e não são poucos, dos hospitais



socialis e os centros de terceira geração?

Não tenho dúvidas de que sim. Essas medidas e outras são absolutamente essenciais. Mas passemos ao trabalho de casa. O Partido Socialista esteve no poder seis anos e ganhou as eleições em 1995 com um notável esforço de aproximação social da esquerda, do centro-esquerda, do centro e até do centro-direita, nos Estados Gerais. Isto implicou uma abertura ideológica que, porventura, os sectores mais conservadores do partido não tinham. Quando se tentou a aplicação de políticas reformistas houve receios e, em alguns sectores,

como os da Administração Pública e da Saúde podia-se ter ido muito mais longe. Até mesmo na Segurança Social. Fizeram-se imensos estudos, assumiram-se alguns dos custos políticos de reformas nunca aplicadas, as quais estão agora a ser adoptadas, sem grandes traumas, pelo actual Governo, ficando no seu activo, quando poderiam ter ficado a crédito do PS. Temos que saber analisar os erros do passado. Acho que houve receio de fazer mais. É evidente que há uma razão justificativa, o PS estava em minoria e, portanto, tinha sempre o problema de chegar à Assembleia da República e ser derrotado por uma coligação perversa entre as forças à sua esquerda e à sua direita. Bem, mas acho que houve momentos em que o Partido Socialista deveria ter arriscado e devia ter provocado a ruptura, ou seja, eleições antecipadas, quando se propunha realizar reformas que estavam numa linha de coerência e equilíbrio entre o progresso económico e a solidariedade social. Mas isto é passado. Temos agora uma nova situação e é urgente trabalhar para ela. O que aconteceu no passado dia 13 de Junho foi basicamente uma censura do povo português ao Governo e não uma manifestação de agrado ao PS. Sejamos absolutamente objectivos. Se houve alguém que muito fez para despertar os portugueses nas eleições europeias foi o professor Sousa Franco, que em duas ou três semanas de campanha desmontou a ficção do défice orçamental e fez recuperar a confiança dos cidadãos no anterior Governo socialista, coisa que cá dentro não tínhamos sido capazes de fazer. Deu a vida para isso.

A partir de agora temos mais responsabilidades. Nestes dois anos, se o ciclo não for interrompido, viveremos um processo eleitoral interno, absolutamente necessário e normal. Ficarei muito satisfeito se houver várias candidaturas, pois é sinal de que o partido não adopta unanimismos.

É necessário que depois do congresso se faça uma abertura intelectual e uma forte preparação técnica. É necessário refazer os Estados Gerais, com esse ou com outro nome. Para, aos poucos, granjear apoios na sociedade. É por aí que o PS se pode voltar a impor e não pela falta de qualidade deste Governo.

É necessário refazer os Estados Gerais, com esse ou com outro nome

perderem autonomia e escaparem ao princípio da tutela regionalizada das administrações regionais de saúde ou órgão que lhe suceder, para serem submetidos a uma espécie de empresa-mãe, estará a violar-se a Constituição. Seria mais uma insensatez e mais uma aplicação de errada do paradigma de mercado. Na administração pública existe o império da lei, há direitos e há cidadãos. Uma empresa não tem cidadãos, tem lucros. Mas o Estado, esse tem que se preocupar com as pessoas. Há uma diferença, quase incompatível, de critérios de sucesso.

Associado intimamente às questões da saúde está o subsídio de doença. Qual é a análise que faz do novo regime legal que faz com que os trabalhadores só ao fim de 210 dias de baixa não percam rendimentos?

Todos sabemos que havia abusos no subsídio de doença, que o sistema era, porventura, demasiado permissivo e, portanto, que devia ser modificado. Mas, não é num momento de crise económica e de aumento do desemprego que se devem fazer mudanças que vão afectar a coesão social. É que o subsídio de doença, muitas vezes passa a ser a primeira etapa do subsídio de desemprego, quase que por acordo tácito entre a empresa e o trabalhador. Estamos na pior altura para fazer mudanças a este nível e se a tutela faz isso agora demonstra, mais uma vez, a sua insensibilidade social.

No próximo programa que o PS vai apresentar em 2006 aos portugueses devem manter-se soluções para a área da saúde como as farmácias

IVG JULGAMENTO DE SETÚBAL É HUMILHANTE PARA AS MULHERES

Presente na primeira sessão do julgamento de três mulheres por prática de aborto, no Tribunal de Setúbal, Sónia Fertuzinhos juntou-se depois à manifestação de repúdio onde se gritavam palavras contra uma lei "criminosa" que limita a "capacidade de decisão das mulheres" de interromper uma gravidez.

"O PS não podia deixar de se associar às manifestações de solidariedade para com estas mulheres", explicou, classificando de "humilhante" todo este processo, que remonta a 1999.

Sónia Fertuzinhos afirmou ainda que um julgamento por prática de aborto é "inaceitável numa sociedade democrática". "Depois dos julgamentos da Maia, Aveiro, este é mais um julgamento de mulheres que são humilhadas", lamentou, manifestando de seguida a sua oposição contra uma "lei que a maioria impediu de ser alterada" e exigiu que seja mudada, tal como querem os portugueses.

"Quando o PS tiver condições para propor a alteração da lei deve fazê-lo" defendeu. Também os socialistas de Setúbal estão indignados com o julgamento de Setúbal.



À porta do Tribunal, o PS local distribuiu um comunicado onde reitera a oposição contra a lei em vigor e reafirma a necessidade desta ser alterada.

"A União Europeia recomenda aos Estados membros que promovam a alteração da legislação no sentido da despenalização do aborto. O Governo português não respeita", lembram os socialistas, para quem este julgamento "traz, mais uma vez, a público a questão da actual legislação que ofende os mais elementares valores humanos e civilizacionais".

Qualificando a situação como "insustentável e intolerável", o PS/Setúbal reafirma a "urgente necessidade de promover a alteração da lei".

"A ausência de políticas de conciliação trabalho/família, da protecção da maternidade e sobretudo o esquecimento da paternidade, bem como a falta de políticas de planeamento familiar, potenciam a necessidade de recorrer à IVG", alerta o comunicado em que se defende ainda a despenalização desta prática, em prol da igualdade de direitos, da tolerância e da liberdade de opção.

PS/SUIÇA DENUNCIA SITUAÇÃO CAÓTICA NO CONSULADO DE GENEBRA

A Federação do PS/Suíça manifestou a sua "grande preocupação" com a actual situação em torno do Consulado Geral de Portugal em Genebra, onde actualmente "paira um grande clima de instabilidade interna, fruto de graves disfuncionamentos decorrentes de uma gestão danosa por parte da actual chefia consular, e que está a prejudicar gravemente a comunidade portuguesa". Segundo o PS/Suíça, "a desorganização interna dos serviços, o incumprimento de normas legais de actuação, a violação de regras de segurança na emissão de documentos de identidade, nomeadamente de passaportes, aliadas a situações de grande despotismo e nepotismo por parte das chefias consulares", têm

provocado "grandes incómodo aos funcionários cujo profissionalismo os impede de pactuar com tal situação e os emigrantes em geral".

"Paradoxalmente", adianta a Federação socialista em comunicado, "alguns dos funcionários mais competentes e que não se conformam com este desempenho consular, estão a ser perseguidos profissionalmente, através da abertura de processos disciplinares cuja instrução não tem sido a mais isenta e transparente".

O PS/Suíça refere ainda que, apesar das sucessivas denúncias e apelos da comunidade portuguesa, que reclama um melhor serviços consular", o Governo e o secretário de Estado das

Comunidades Portuguesas "continuam a camuflar a actuação desastrosa da actual cônsul de Portugal em Genebra, preferindo antes arranjar bodes expiatórios para justificar a sua incapacidade em organizar com eficácia os serviços consulares em Genebra e Sion".

Face a esta "intolerável situação", o PS/Suíça decidiu "manifestar a sua completa solidariedade aos funcionários que estão a ser vítimas de perseguição pessoal e profissional", e solicitar à ministra dos Negócios Estrangeiros que "mande instaurar um processo de sindicância aos serviços do Consulado Geral de Portugal em Genebra e do seu escritório em Sion".

LISBOA

FUTURO DE MONSANTO PODE IR A REFERENDO

A "versão soft" dos projectos camarários para o Parque Natural de Monsanto não só não convencem os socialistas, como os mantêm "desconfiados", "preocupados" e dispostos a requerer uma consulta popular sobre esta matéria.

Em causa está a preservação do único pulmão da cidade, um objectivo que, para o presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS, "não pode nem deve estar sujeito a pressões urbanísticas".

Em declarações ao "Acção Socialista", Miguel Coelho explicou que a posição da Concelhia do PS/Lisboa surge na sequência

do anúncio do presidente da Câmara alfacinha em que dava conta da intenção de sedear em Monsanto um parque de diversão infantil e um clube hípico.

Apesar das garantias dadas pelo executivo de Santana Lopes, o líder do PS/Lisboa diz que é preciso conhecer os projectos, que, sublinhou, "ainda não foram apresentados à oposição".

O PS/Lisboa quer que os cidadãos tenham uma palavra a dizer sobre o Parque Florestal de Monsanto, uma vez que esta matéria não pode ser discutida e decidida na Assembleia Municipal.

"Se entendermos que a mudança é para pior, o PS vai promover um referendo", garantiu Miguel Coelho, explicando que o Clube Hípico poderá ser "uma porta aberta para a Sociedade Hípica se instalar" e que os projectos municipais podem "pôr em causa as características de Monsanto enquanto espaço verde".

Miguel Coelho fez ainda um convite ao PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista Os Verdes para, em conjunto, criarem uma plataforma para a recolha de assinaturas para a realização de uma consulta popular.

M.R.

Pelourinho da República



"Eu, que votei no PSD há dois anos, sinto-me burlado. Julgo não ser o único."

Francisco Sarsfield Cabral
"Diário de Notícias", 28.06.04

"Permito-me solicitar-lhe, sr. Presidente, que dissolva a Assembleia da República e convoque eleições gerais para o Outono."

Freitas do Amaral
"Público", 29.06.04

"Durão Barroso devia envergonhar-se da situação em que a sua imprevidência política lançou o país."

Vital Moreira
"Público", 26.06.04

"O PSD não pode actuar como se o Presidente da República não existisse".

Marcelo Rebelo de Sousa
TVI, 27.06.04

"Santana Lopes é um dos meus, é um operacional."

Alberto João Jardim
Lusa, 25.04.04

"Sem um congresso ninguém tem legitimidade para nomear um novo presidente do PSD e, por inerência, o primeiro-ministro. Tal configuraria um golpe de estado no partido."

Manuela Ferreira Leite
"Público", 28.06.04

"O Presidente da República abre um precedente gravíssimo se deixar que a coligação se refaça sem eleições."

Vasco Pulido Valente
"Diário de Notícias", 27.06.04

"É caso para perguntar se alguém se lembrou, entretanto, que o regime constitucional português consagra a figura do Presidente da República como um garante que tem de analisar a questão em substância".

Jorge Sampaio
Declaração à Comunicação Social, 26.06.04

NOVA CARTA DE UM TRANSCAUCASIANO A UM CONTERRÂNEO

Caro Hadzuk: sinto-me cansado. Mas não desistirei de defender a minha candidatura. Terei, por isso, que adiar, mais uma vez, o meu regresso à nossa querida pátria. Não te alarmes, porém. Desponta um vislumbre de esperança neste horizonte cerrado do PS português.

Caro Hadzuk

Eis-me ainda em Portugal, fazendo a minha aprendizagem política e preparando a minha candidatura a secretário-geral do Partido Socialista português. Não se trata de um *dejà vu*, meu querido amigo, mesmo se te lembrares da minha carta do passado 20 de Março. Novos dados entretanto surgiram que reforçaram a minha convicção de concorrer ao máximo cargo político deste partido, mas ainda mais o meu espanto e estupefacção. Já vais saber porquê. Pela primeira vez na sua história, o PS venceu a direita coligada nas eleições europeias de 11 de Junho de 2004, conseguindo obter o resultado histórico de 44,5 por cento. No entanto, eis que alguns pré-candidatos a secretário-geral do PS decidem avançar com as suas candidaturas, com o argumento de que não foi o PS que venceu as eleições, mas a direita que as perdeu. Caro Hadzuk: Sinto-me envolto numa trama pirandelliana, quinto personagem de uma peça em que se procura um autor.

A primeira personagem é a esfinge que fala por enigmas. "Não serei candidato contra um camarada relativamente ao qual sempre tive tão poucas razões de queixa", declara. Sai rapidamente de cena, depois de romper em pranto. Eis que surge então a segunda, com pose de estadista. Vinda da Sodoma babilónica, onde desempenhou a grandiosa tarefa de civilizar os bárbaros em representação da "Nova Europa", afirma-se um renovador disposto a lutar contra o unanimismo que corrói o PS. Apela às novas gerações para intervirem na vida interna do partido e afastarem os "Velhos do Restelo". Messias redentor, recebe de braços abertos os jovens e dá-lhes a benção renovadora sob a palavra de ordem "Venham a mim as criancinhas".

A terceira personagem dirige-se à plateia dizendo que a política é uma arte que tem no tempo o seu mais fiel aliado. Um passo antes de tempo ou um passo demasiado tardio poderão ser fatais para os projectos do futuro Príncipe. A prudência é o seu elemento. E a política é uma questão de cálculo, de saber avançar no momento adequado. Sempre acompanhado por uma máquina de calcular, pesa os prós e os contras. Constrói cenários, estuda as implicações a curto e médio prazo da vitória do PS nas eleições europeias. Não encontrando ainda uma solução para as suas equações políticas, considera que o secretário-geral do PS anunciou extemporaneamente a sua recandidatura. Ele, pelo contrário, mantém-se em estado de tabu, silencioso e expectante, esperando o momento mais adequado para anunciar a sua entrada triunfal na competição.

A quarta personagem, é um jogador. Mas pela positiva, entenda-se. Afirma que não quer vencer, mas apenas manter-se em jogo. Considera que a actual direcção do PS não tem ideias, nem projectos para o país. Nem sequer autoridade política para pôr ordem no partido. Tudo críticas pela positiva, pois esta personagem apenas quer o bem do PS. Mas que ambiente surreal: eis um candidato com projectos que não concorre contra ninguém, mas apenas pela positiva. No entanto, o único projecto que se lhe conhece é o de um célebre elevador para a sétima colina de Lisboa. Projecto concebido pela positiva, mas que, infelizmente, se ficou pela negativa.

Caro Hadzuk: sinto-me cansado. Mas não desistirei de defender a minha candidatura. Terei, por isso, que adiar, mais uma vez, o meu regresso à nossa querida pátria. Não te alarmes, porém. Desponta um vislumbre de esperança neste horizonte cerrado do PS português. Espera-se o retorno de um homem providencial, não do Norte de África, como El-Rei D. Sebastião, mas de Bruxelas. Se tal se confirmar, as diversas personagens à procura de autor, em que me incluo, tornar-se-ão redundantes. Uma nova candidatura provavelmente emergirá. Poderei então abraçar-te. Anseio por rever-te o mais cedo possível.

Teu Mamuk



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA

Opinião

CORREIO DOS LEITORES

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accasocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

Caro Camarada Ferro Rodrigues,

Desde já lhe dou os meus sinceros parabéns pela grande vitória do PS obtida nas eleições europeias. Permita-me no entanto dizer que esta vitória se deve em grande parte ao professor Sousa Franco (que infelizmente já não está entre nós, a quem presto a minha profunda homenagem e apresento o meu sincero pesar à sua família), pela sua campanha de rigor e de verdade, a qual imprimiu confiança nos portugueses que estão fartos da mentira do Governo actual de unidade de direita, que na própria noite de eleições, na tentativa de desvalorizar os resultados, veio apressadamente dizer que os que ganharam as eleições foram os que não foram votar. Isto não será um insulto para aqueles que até fizeram algum sacrifício para se deslocarem às urnas? O objectivo deles toda a gente viu qual era; por isso se pensam que os portugueses são parvos enganam-se.

[...] O PS tem que ganhar as próximas eleições legislativas com uma maioria clara, por forma a ter condições para de uma vez por todas aplicar o projecto do PS, e não ser penalizado por desvios que não são seus mas que teve de aplicar por não ter a maioria, mas para o PS ganhar eleições não podemos jamais assistir a cenas absurdas, como as que aconteceram em Matosinhos, e os responsáveis por aqueles actos devem ser responsabilizados, porque as causas do protagonismo pessoal, estão a prejudicar o PS, e isso não pode acontecer. [...]

O País precisa de ser recuperado e só o PS tem condições para o recuperar com equilíbrio social.

Portugal na presente data não tem tecido empresarial, não tem agricultura nem pescas e tem um comércio com algumas dificuldades, e sem termos investimento e produção não passamos de uns pobres pedintes que estamos sempre à espera dos subsídios da Europa.

Em deslocações que efectuo em serviço a outros países da Europa fico muito surpreendido quando visito grandes fábricas que se mantêm a operar desde 1911, como ainda recentemente visitei uma na Alemanha, que foi destruída na Segunda Guerra Mundial e nesta data está a operar em franca expansão. O que se verifica é que os nossos empresários à mais pequena dificuldade fecham e não tentam dar a volta com outras formas de negócio. O país tem que tomar um rumo e não pode andar aos ziguezagues conforme é ou não ano de eleições, como acontece quando o PSD está no Governo. É necessário que o país entre numa rampa de desenvolvimento e crescimento, por forma a que dentro de poucos anos se atinja o patamar da Europa. Para isso é necessário termos governos com objectivo nacional e que governem para os portugueses e com os portugueses, que eu tenho a certeza que se tivermos um objectivo os portugueses correspondem com a sua produtividade porque nós somos tão bons ou melhores que os outros, por tudo quanto me é dado verificar nos outros países da Europa.

Jorge de Castro

A minha geração

O professor morreu e com ele algumas das esperanças que, porventura, muitos da minha geração tinham depositado nesta figura ímpar da democracia portuguesa. É verdade que os jovens que lhe seguem na lista também têm currículo, mas, sem desprezar, nada que se compare às garantias dadas de um homem que marcou a sua época e deixou-nos para o sempre alguns dos pilares do nosso dever: a confiança na democracia, o valor das instituições, o controlo do aparelho de Estado e o aprofundamento da democracia e da participação dos cidadãos. Alguns pseudo-democratas, mal souberam do seu desaparecimento, vestiram a roupagem de cordeiro, e perante as câmaras do omnipresente televisão, mostraram um falso respeito à mistura com patéticos sentimentos e pesares. Isto quando, dias antes, vilipendiaram o nome do professor, argumentando com as suas deficiências, até mesmo, o porte dos óculos... vejam só; mas a minha geração não se deixará convencer por estes falsos democratas e não esquecerá nunca o desafio daquele de quem li, no fim da minha adolescência, os artigos extensos, lúcidos e pedagógicos sobre a situação da economia portuguesa, no então semanário "O Jornal". Depois reencontrei-o, no ano lectivo de 1980/81, na Faculdade de Direito, em Lisboa, na disciplina de Direito Fiscal. Um professor disciplinado, exigente, mas muito próximo dos seus alunos, no Portugal que se reencontrava consigo mesmo. Passados os anos, não posso deixar de recordar quem foi força de bloqueio, quem condenava em Tribunal de Contas, quem batia com as portas quando considerava útil fazê-lo, quem chamava de extrema-direita aos que o são, quem sabia e dizia que não. A minha geração não deve esquecer esta lição, não esquecerá o professor, não esquecerá o cidadão.

Arnaldo Ribeiro, Viana do Castelo

11 de Junho de 2004



FINISTERRA
Revista de Reflexão e Crítica

NOVA EDIÇÃO
À VENDA

Com as participações de

Eduardo Lourenço
Alfredo Margarido
Joaquim Jorge Veiguinha
João Soares Santos
Fernando Pereira Marques
Paulo Mendes Pinto
Yossi Beilin
Vitalino Canas
Guilherme d'Oliveira Martins
Wolfgang Merkel
Jorge Martins
João Proença

LIVROS DOS NOSSOS

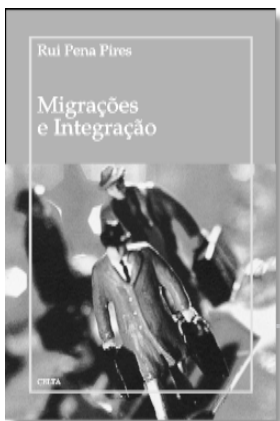
Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

NOTA SOBRE MIGRAÇÕES E INTEGRAÇÃO

"Migrações e Integração", publicado em Setembro de 2003, sintetiza os resultados a que o seu autor chegou ao longo de vinte anos de investigação e ensino universitário.

O seu autor – um sociólogo que começou por estudar economia em Angola, onde viveu 16 anos, e ajudou a nascer, antes de 1974, o movimento associativo universitário – faz questão de explicitar que o seu interesse científico pela questão da imigração e da integração social dos imigrantes está ligado à sua biografia e aos valores cívicos e políticos em que se reconhece. Trata-se de um volume dividido em duas partes, cada uma delas com dois capítulos. A primeira parte, que se ocupa dos problemas teóricos, está dividida em dois capítulos: no primeiro, Rui Pena Pires apresenta, discute e propõe uma reformulação da teoria da estruturação, de Anthony Giddens, de modo a que a questão do poder e o papel dos macroactores sociais sejam tidos em devida conta, ao contrário do que acontece nalgumas versões daquela teoria; no segundo capítulo, discutem-se os problemas suscitados pela aplicação às dinâmicas migratórias da reformulação teórica feita no capítulo anterior, e propõe-se um modelo analítico aplicável quer ao estudo da constituição dos fluxos migratórios, quer ao problema da integração social dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.

A segunda parte do livro sintetiza a investigação feita pelo autor quanto às dinâmicas da imigração em Portugal nos anos de 1960-2001 e quanto à integração dos cerca de meio milhão de portugueses que foram repatriados de Angola e das restantes antigas colónias. O livro de Rui Pena Pires reconstitui e apresenta uma vasta informação



O LIVRO

Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa

Rui Pena Pires
Celta Editora
Lisboa Setembro de 2003

sociográfica e jurídica sobre os dois estudos de caso e é a partir da análise dessa informação que o autor extrai conclusões quer quanto às condições que permitiram a assimilação dos retornados, quer quanto aos dilemas das políticas de imigração ligadas aos fluxos migratórios mais recentes.

A tese do autor de "Migrações e Integração" é a de que se está hoje perante um quadro de integração novo, em que são decisivas as relações entre os modos de regulação dos mercados de trabalho e as condições de integração e, sobretudo os imigrantes em situação de ilegalidade podem ver-se a si próprios como discriminados na medida em que umas outras induzam condições de desfavor relativamente aos nacionais com que se relacionam.

Consciente de que os dilemas das políticas de imigração giram em torno das respostas que se dão aos modos como se abordam o controlo das entradas dos imigrantes e a integração social destes na sociedade portuguesa, Rui Pena Pires aborda de forma muito crítica

a inflexão das políticas de imigração que está a ser realizada desde que o Governo actual iniciou funções, particularmente no que respeita à revogação do regime de das autorizações de permanência, à maior facilidade do cancelamento dos vistos e das autorizações de residência, às maiores restrições legais na aplicação da equiparação de direitos entre estrangeiros e portugueses e, finalmente, às quotas imperativas que estipulam o número máximo de imigrantes legalizáveis em cada ano.

"Migrações e Integração" não é nem pretende ser uma cartilha de aplicação directa à acção política no domínio da imigração. Mas é, certamente, um livro que merece ser lido por todos os que querem informar-se ou compreender melhor as migrações, a constituição e as características dos diferentes fluxos migratórios bem como as modalidades de integração dos imigrantes, bem como pelos que actuam neste domínio decisivo para a cidadania social e política.

ANTÓNIO DORNELAS

Opinião

OS SOCIALISTAS E A CIDADE QUESTÕES E REFLEXÕES

ANTÓNIO FONSECA
FERREIRA

I. Os socialistas têm de prestar mais atenção à cidade, às questões da qualidade de vida e da sustentabilidade urbanas. A cidade e o território têm de

ser colocados no centro do debate para a renovação do ideário socialista e para o aprofundamento do seu programa de acção política e cultural.

De facto, é nas cidades que são mais sentidas as mudanças – em curso de aceleração – nos sistemas de produção, distribuição e consumo, que resultam da transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Mudanças com fortes implicações nos valores, aspirações e comportamentos individuais e colectivos, exigindo o repensar das estratégias e das modalidades de intervenção da Esquerda.

II. Mais de 70 por cento da população portuguesa vive nos centros urbanos. Mas os valores e os consumos urbanos ultrapassam, em muito, esses limites administrativos.

Os socialistas têm de conceber e afirmar – no discurso, na intervenção cívica e política, nos exercícios governativos, nas autarquias locais e no país – uma outra cidade, com mais coesão, competitividade e cidadania. A disponibilidade e qualidade dos serviços administrativos, de saúde e de educação; a animação cultural; a segurança pública; a mobilidade; a qualificação patrimonial, ambiental e do espaço público, são exigências de estratos cada vez mais amplos da população. E são combates nos quais os socialistas forjarão novas alianças para as transformações humanizadas da sociedade.

III. Portugal já tem um Ministério das Cidades. Precisamos, com urgência, de uma política para as cidades. Uma política urbana e territorial cujos eixos estratégicos, em nosso entender, são:

- **Qualificação** do espaço público, do património e dos serviços urbanos
- **Competitividade**, coesão e segurança
- **Reforma do Governo e da administração** das cidades

IV. Os resultados da acção dos governos socialistas (1996-2001), nos domínios do ordenamento do território e das iniciativas para a política de cidades, são francamente positivos. A Lei de Bases do Ordenamento do Território e a respectiva regulamentação tornaram mais coerente, moderno e operativo o sistema de planeamento e gestão territorial. Com destaque para os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). Os Programas Polis e PROQUAL foram concebidos e implementados pelos governos socialistas e vão ter resultados muito apreciáveis na qualificação e funcionalidade das nossas cidades e na área metropolitana de Lisboa.

V. Na actual fase da sociedade portuguesa é fundamental alargar e aprofundar a **participação pública e cívica** nos processos de planeamento e gestão territoriais e urbanísticos. Processos que permanecem burocratizados, opacos, pouco acessíveis, apesar das disposições legais – nacionais e comunitárias – no sentido da sua abertura e participação. E, também, apesar de diversas experiências bem sucedidas de planeamento participado, designadamente em alguns casos de planeamento estratégico territorial e dos PDM.

Através das respectivas estruturas militantes, das organizações associativas, culturais, sociais e económicas em que se integram, nos órgãos políticos para os quais são eleitos, **no poder ou na oposição**, os socialistas deverão participar activamente – e fomentar a participação – nos processos de planeamento locais, municipais e regionais.

Os processos de planeamento territoriais têm objectivos concretos, finalidades económicas e sociais que respeitam às comunidades e são centrados nas condições da qualidade de vida que podem mobilizar e unir as populações.

Neste domínio, os socialistas têm de ter mais empenho e clarividência, afastar as desconfianças que, não raras vezes, têm caracterizado a sua atitude no que se refere à participação nos processos de planeamento local e municipal.

VI. A **gestão** e a **administração** das cidades e do território exigem, em Portugal, profundas reformas.

Com a crise da democracia representativa e nas novas condições civilizacionais e tecnológicas, a gestão e a administração das cidades não podem ser mais um domínio exclusivo dos órgãos autárquicos. As opções estratégicas e a concepção e implementação das políticas urbanas têm de ser partilhadas e contratualizadas aos diversos níveis, com as organizações da sociedade civil, com os actores urbanos e com os cidadãos.

Assim, a par do reforço dos poderes e dos meios de intervenção das assembleias municipais torna-se necessário criar dispositivos que estimulem e associem a intervenção das organizações da sociedade civil no governo das cidades (planeamento estratégico e urbanístico, plano de actividades e orçamento, direitos de petição e de referendo local, gestão contratualizada de equipamentos e serviços públicos, defesa dos consumidores).

Por outro lado, o ordenamento do território, a consolidação da rede urbana e o desenvolvimento regional são fortemente condicionados pela persistente centralização do país, pela desconexão da administração e pelas fronteiras municipais.

Cada dia que passa – por imperativo do processo de desenvolvimento – torna-se mais premente a reorganização político-administrativa do território. **É tempo de os socialistas recolocarem a regionalização na agenda política.**

RECTIFICAÇÃO

PS TAMBÉM SOBE EM VILA REAL

Na última edição do "Acção Socialista" o mapa de resultados das eleições para o Parlamento Europeu em 1999 continha um erro que lamentamos. Na verdade, no distrito de Vila Real, em 1999, o PS obteve 40,14 por cento dos votos e não 44,28 por cento como indevidamente se assinalou. Assim, verifica-se que nas eleições de 2004 os socialistas viram aumentar a sua votação de 40,14 para 42,66 por cento, isto é, mais de 2 pontos percentuais do que nas anteriores eleições e não menos 2 como resultava da leitura do mapa. Aos camaradas de Vila Real apresentamos as nossas desculpas por este lapso.

Gabinete de
Estudos

www.ge.ps.pt

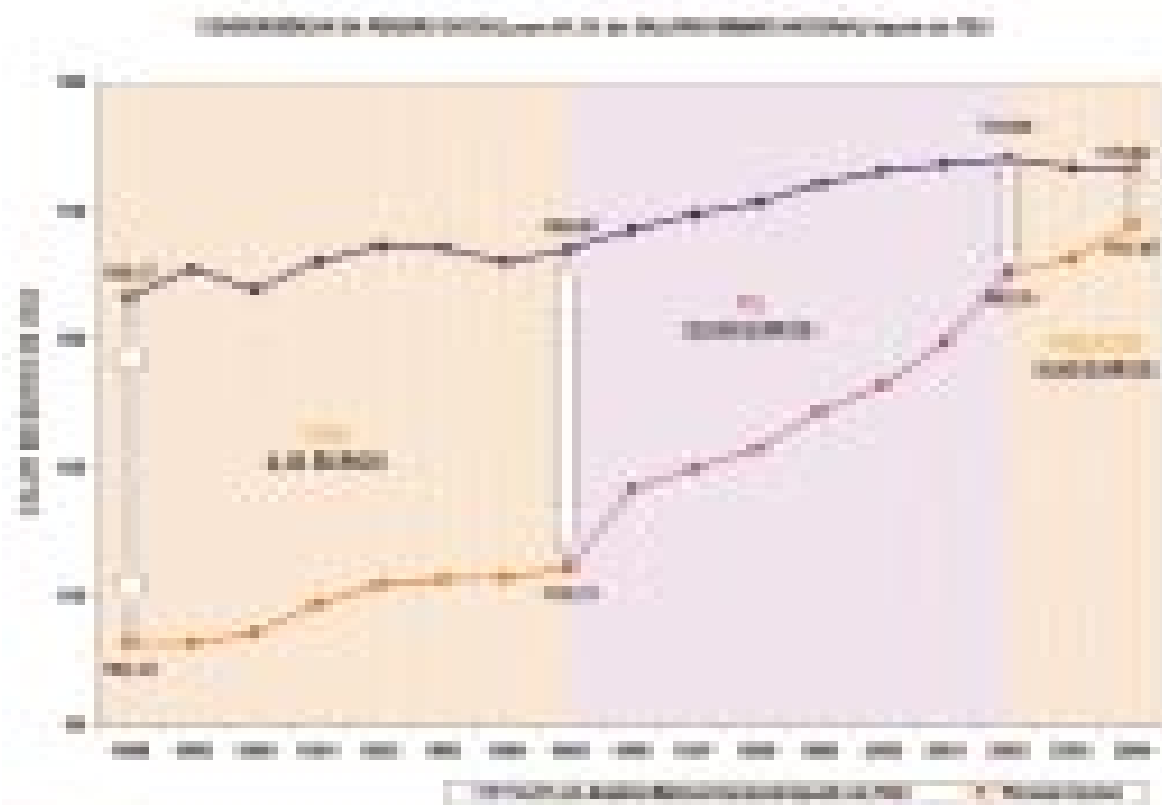
A VERDADE VEM SEMPRE AO DE CIMA

A convergência da pensão mínima para o salário mínimo foi uma das promessas demagógicas da defunta dupla Durão Barroso/Paulo Portas.

Fizeram-na? Não!

A verdade é que quando nós comparamos os esforços de recuperação dos valores da pensão social dos sucessivos governos, o que ressalta é claro como água: entre 1988 e 1995, anos do cavaquismo, a pensão social recuperou em 4,3 euros a diferença para com o salário mínimo (0,6 euros/ano); entre 1995 e 2002, nos governos do PS, a pensão social recuperou em 32 euros a diferença para com o salário mínimo (5,4 euros/ano) – e o salário mínimo subiu; nos dois últimos anos de governo da direita a recuperação foi só de 9 euros (4,5 euros/ano) – porque o salário mínimo baixou.

Quem é que, de facto, beneficiou os pensionistas? Os socialistas.



SUGESTÕES

por ISABEL MARGARIDA DUARTE

O ÚLTIMO ROMANCE DE AGUALUSA



O vendedor de passados, de José Eduardo Agualusa, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2004

Imagine-se uma história passada em Angola, em que o protagonista, Félix Ventura (o nome não foi escolhido ao acaso, o que também acontece com Eulálio, a osga), é um albino, homem capaz de inventar e escrever passados para aqueles que necessitam de um de que não se envergonhem e de antepassados dos quais se possam orgulhar. Numa sociedade em que muitos cidadãos conseguiram assegurar um bom futuro, nem sempre pelos meios mais limpos, mas em que se não podem ufanar de um passado pessoal e familiar à altura dos cargos ou do dinheiro de que usufruem no presente, ser um bom inventor de passados é um ofício de enorme importância estratégica. E é, por outro lado, uma actividade ficcional que agrada a Félix Ventura, homem culto e leitor assíduo dos clássicos portugueses. Imagine-se que essa personagem fantástica, Félix Ventura, foi abandonado, em pequeno, dentro de um caixote cheio de exemplares de *A Relíquia*, de Eça de Queirós, à porta do homem que o criou como um filho e que, também por isso, se tornou num conhecedor e amante do romancista português:

“Disse isto e levantou-se. Tomou um ar dramático:

«E no Egipto? No Cairo, já estive no Cairo?, junto às pirâmides de Gisé?...»

Ergueu as mãos e declamou: «A luz cai, magnífica, tão forte, tão viva, que parece pousar sobre as coisas como uma espécie de névoa luminosa.»

«Isso é Eça!» O albino sorriu: «Reconheço-o pelos adjectivos, da mesma forma que seria capaz de reconhecer Nelson Mandela só pelas camisas. São, suponho, as notas que escreveu durante a viagem ao Egipto.»

Ângela Lúcia assobiou alegre, impressionada; bateu palmas. Era então verdade o que diziam dele, que lera os clássicos portugueses de fio a pavio, o Eça inteiro, o inesgotável Camilo? O albino tossiu, enrubescou. Desviou a conversa”. (p.71)

Mas a história que o romance de Agualusa conta vai muito para além desta estranha

personagem. Inclui a narrativa de seis sonhos e um narrador de primeira pessoa que é uma osga. Sim, uma osga, que tudo observa e é capaz de tudo entender, porque já foi, numa outra vida, uma pessoa, cujo percurso apenas adivinhamos, sem sermos nunca capazes de o reconstituir na íntegra. Este não é um romance para leitores preguiçosos. Exige que se procurem as pontas da história, as ligações que façam com que ela ganhe sentido e se possa contar. Algumas personagens não têm, no início, nada a relacioná-las, pelo menos aparentemente. No final do romance, no entanto, tudo vai encontrar o seu lugar próprio no conjunto arduo que Agualusa concebe.

Tendo como pano de fundo a sociedade angolana, mais ou menos ficcionada, o romance não poderia deixar de ser muito amargo, mesmo nos momentos mais sarcásticos. A denúncia de violências e atropelos é feita através de uma “sátira feroz” (cito a contracapa), mas é uma denúncia clara e muito eficiente, talvez porque a ficção seja, como refere Jorge Semprún em *A escrita e a vida*, ao falar do campo de concentração de Buchenwald, a única forma possível para “escrever” o horror.

O melhor deste romance é, a meu ver, o modo plural, a multiplicidade de pontos de vista, de falas e de olhares que vão permitindo ao leitor formar, na cabeça, uma história que se vai completando e ganhando sentido à medida que avançamos na leitura. Como escreveu Italo Calvino em *Seis propostas para o próximo milénio*, “os livros modernos que mais amamos nascem da confluência e do choque de uma multiplicidade de métodos interpretativos, modos de pensar e estilos de expressão” (Lisboa: Teorema, 1990, p. 138). Este é um livro para ser lido e talvez relido. Temos de o ler depressa, para percebermos o que vai acontecer às personagens e de que modo elas, afinal, se relacionam. Mas temos de o ler devagar para apreciarmos a escrita, repararmos nos pormenores, captarmos todos os pequenos momentos preciosos de um estilo cada vez mais maduro. No final, ter-se-á, com certeza, transformado num livro amado.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.p.s.p.t / a.c.c.a.o